

Destaque



Veículo Informativo do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Ano II n. 15 agosto 2003

SISTEMA INTEGRADO DE DIVULGAÇÃO JORNALÍSTICA: comunicação aliada à tecnologia





TRF-1ª REGIÃO

As principais
notícias do País
ao seu alcance.

www.trf1.gov.br/setorial/ascom

TRF da 1ª Região em sintonia com a era digital

Aperfeiçoar a comunicação no âmbito da Primeira Região. É essa a meta principal do Sistema Integrado de Divulgação Jornalística, implantado oficialmente pelo Tribunal no dia 1º de setembro. O projeto, desenvolvido em parceria pela Assessoria de Comunicação Social e pela Divisão de Planejamento e Teleprocessamento é, sem sombra de dúvidas, um projeto pioneiro que utiliza moderna tecnologia para oferecer aos servidores do Órgão informação e entretenimento.

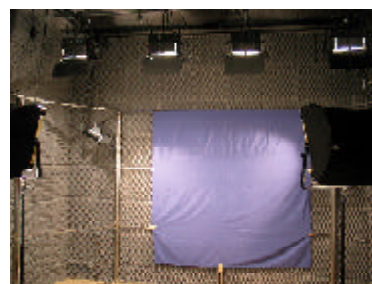
Como todo novo meio de comunicação, como o rádio, na década de 20, e a televisão, na década de 50, o Sistema Integrado de Divulgação Jornalística, que funciona com os recursos tecnológicos da era digital e por meio da *Intranet/Internet*, ainda possui algumas barreiras que impedem o seu acesso por todos os interessados. Isso porque alguns servidores do Tribunal não possuem os aparelhos receptores adequados (agora não mais aparelhos de rádio ou TV, mas os próprios microcomputadores). Diferentemente do que aconteceu nas décadas de 20 e 50, quando foram necessários anos e anos para que todos adquirissem os aparelhos específicos, com o Sistema Integrado basta apenas os servidores dos edifícios Sede, Anexo e D. Marta solicitarem à Secretaria de Informática a instalação do *codec* para *windows media player* e a aquisição de um *Kit* multimídia. Nos demais prédios do Tribunal e nas Seções Judiciárias, o Sistema também será implantado, até o final deste ano, a fim de democratizar-se o acesso do novo meio de comunicação no âmbito de toda a Primeira Região.

Hoje, com o Sistema Integrado de Divulgação Jornalística, o TRF da Primeira Região tem sua própria rádio e televisão via rede, podendo divulgar e transmitir informações, músicas e julgamentos em tempo real e a qualquer hora do dia. Um avanço que é necessário comemorar, pois somos o primeiro tribunal do País a desenvolver tal sistema e uma das primeiras organizações do Brasil a enxergar a era digital não como futuro, mas como presente.

Os Editores
ascom@trf1.gov.br

Sumário

Sistema Integrado de Divulgação Jornalística: comunicação e tecnologia juntas p. 16



Novo Sistema processual agiliza pesquisa de processos p.23

Festa Junina reúne aproximadamente três mil pessoas no Centrejufe p. 13



Notas

A partir desta edição, a Destaque terá como logomarca a oficial do TRF-1ª Região. A mudança atende algumas das sugestões encaminhadas pelos servidores na pesquisa de opinião realizada pela Ascom, em junho, para avaliar suas publicações. Confira os resultados da pesquisa na página 12.

Na edição nº 13 da Destaque, na matéria "Lançado projeto Justiça sobre as Águas", foi grafado incorretamente o nome do Juiz Federal Substituto Artur Napoleão. O nome correto é Arthur Pinheiro Chaves.

PRESIDENTE

Catão Alves

VICE-PRESIDENTE

Carlos Fernando Mathias

CORREGEDOR-GERAL

Aloísio Palmeira Lima

DESEMBARGADORES FEDERAIS

Plauto Ribeiro

Tourinho Neto

Eustáquio Silveira

Assusete Magalhães

Jirair Aram Meguerian

Olindo Menezes

Mário César Ribeiro

Luciano Tolentino Amaral

Cândido Ribeiro

Hilton Queiroz

Carlos Eduardo Moreira Alves

I'talo Mendes

Carlos Olavo

Amílcar Machado

Antônio Ezequiel

Daniel Paes Ribeiro

Luiz Gonzaga Barbosa Moreira

João Batista Gomes Moreira

Antônio Souza Prudente

Selene Maria de Almeida

Sebastião Fagundes de Deus

Antônio Sávio de Oliveira Chaves

Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues

Maria do Carmo Cardoso

DIRETOR-GERAL

Alcides Diniz da Silva

SECRETÁRIO-GERAL

Mário José de Santana Filho

ASSESSORA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA (PARLAMENTAR)

Helga Ferraz Jucá

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO

Etiene Gomes de Carvalho

(4165/014/003/DF)

EDITORES

Etiene Gomes e Lucimar de Melo

REDATORES

Etiene Gomes, Ivani Moraes, Lucimar de Melo, Marcela Correia, Márcia Murça Barroso, Marília Maciel Costa, Samantha Salomão

ESTAGIÁRIOS

Ivan Donizetti, José Alexandre de Souza,

Juliana Corrêa e Raquel Meleiro

DIAGRAMAÇÃO e PROJETO GRÁFICO

Jordânia J. Alves

FOTOS

Luiz Carlos Xavier, Carlos Rodrigues, Magnaldo Timo, Luiz Augusto Cals e Bruno Almeida

REVISÃO GERAL

Márcia Murça Barroso

PADRONIZAÇÃO e EDIÇÃO

Assessoria de Comunicação Social-Ascom

DISTRIBUIÇÃO

José Miguel Pereira dos Reis

FOTOLITOS

Color Press Bureau

IMPRESSÃO

Gráfica TRF-1ª Região

TIRAGEM

2.500 exemplares

Assessoria de Comunicação Social
Praça dos Tribunais Superiores -
SAS - Quadra 02 - Bloco A -
Edifício-Sede - sala 03.

CEP: 70095-900

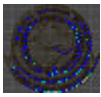
Fones: (0xx61) 314-5371/79

Telefax: (0xx61) 226-4985

E-mail: ascom@trf1.gov.br

sejor@trf1.gov.br

tv@trf1.gov.br



Posse

Foi empossado no dia 14/07/03, em solenidade na Presidência, o Dr. Hélio Bergo, novo diretor do Serviço Médico do Tribunal. A ocasião reuniu o Presidente Catão Alves, o Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian, o Diretor-Geral, Alcides Diniz, e o Secretário-Geral, Mário Santana. O Presidente deu as boas-vindas ao Dr. Bergo e afirmou estar confiante no desempenho de suas atribuições junto à equipe do Serviço Médico e aos servidores da Casa.

Obras do Centrejufe seguem a todo vapor

Iniciadas em janeiro de 2003, as obras de construção do Centro de Treinamento da Justiça Federal, que abrigará a Escola de Magistratura Federal da Primeira Região-Esmaf, caminham a todo vapor.

Segundo a Divisão de Engenharia, a 1ª etapa da obra, relativa a fundações e estruturas, já foi finalizada e corresponde a um terço do valor contratado. No mês de agosto, foram iniciados os serviços referentes à implantação de todas as instalações técnicas do Edifício: ar-condicionado, redes hidráulica e elétrica, som, combate a incêndio, entre outros.

O complexo projetado se divide em dois blocos principais. O primeiro, destinado à realização de cursos e palestras, conta com um auditório moderno com capacidade para 280 lugares e diversas salas de aula com divisórias retráteis que propiciarão a flexibilização dos espaços em função do tamanho das turmas de alunos.

O segundo bloco engloba 36 apartamentos duplos, com vista para o lago Paranoá e a nova ponte JK, além de um amplo e confortável restaurante destinado a refeições diárias e comemorações festivas. Nos apartamentos serão disponibilizados pontos de rede para transmissão de imagem e voz que permitirão aos hóspedes assistirem aos cursos e palestras ministradas naquele Centro. A conclusão das obras, prevista para janeiro de 2004, representará a concretização pela atual administração de um sonho de muitos: a implantação da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região.



Presidente recebe Medalha da Ordem do Mérito Tocantins

O Presidente do Tribunal, Catão Alves, recebeu no dia 14/08, das mãos do Deputado Federal Darci Coelho e da Secretária de Representação do Estado de Tocantins, Estela Siqueira Campos, a Medalha da Ordem do Mérito Tocantins, no grau Grande Oficial.

O evento aconteceu no Salão Nobre do Tribunal e contou com a presença de diversos Desembargadores Federais, entre eles, o Vice-Presidente Carlos Mathias, Jirair Aram Meguerian, Antônio Ezequiel, Souza Prudente, Antônio Sávio, Amilcar Machado, Daniel Paes e Mário César Ribeiro, além de Juizes Federais e servidores.

A outorga da medalha foi realizada pelo Governo do Estado de Tocantins, que também outorgou a comenda aos Ex-Presidentes do TRF-1ª Região.



Novidade no Prodentinho

O Pro-Social sempre se dedicou com muito afinco ao bem-estar e ao desenvolvimento saudável das crianças. Prova disso, é realização da Campanha do "Prodentinho", que, com o atual apoio do PGQVT, já vêm cuidando há mais de nove anos da saúde bucal dos filhos, na faixa etária de 0 a 12, de servidores e magistrados da Casa. Em 2003, a atividade teve início no mês de junho e já atendeu a mais de 400 dependentes.

O aspecto principal enfatizado pela Campanha é a conscientização de pais e crianças sobre os hábitos da higiene bucal e o tratamento preventivo, fatores importantíssimos para manter a saúde dos pequenos em dia. Assim, o Setor de Assistência Odontológica do TRF-1ª Região conta com uma equipe formada por dois dentistas e dois odontopediatras, que executam procedimentos de prevenção a cáries, como a revelação de placas (método que facilita a visualização e o combate à placa bacteriana); a profilaxia por meio da escovação e limpeza dos dentes; aplicação de flúor e orientações sobre higiene e dietas. Além de receberem todo esse cuidado especial, ao final das consultas, as crianças ganham um *kit*, contendo escova, pasta, fio dental e um brinde.

Vale lembrar que os pacientes que já apresentam cáries ou têm necessidade de tratamentos restauradores (canais, obturações ou outros) serão encaminhados para a rede odontológica credenciada no Pro-Social.

No intuito de ampliar ainda mais o quadro de pessoas que poderão usufruir do Prodentinho, o Pro-Social prevê a realização de um concurso, a partir de setembro, o qual lançará a nova versão do projeto, esta visando atender a adolescentes de 13 a 18. O desafio consiste na criação do *slogan* para essa campanha. O jovem que possuir essa idade e inventar o melhor *slogan* será premiado com um aparelho celular, a ser sorteado na palestra de abertura da atividade. As inscrições para o sorteio somente serão permitidas aos jovens que já tiverem se consultado pelo menos uma vez pelo serviço.

O ramal para a marcação de consultas é o 258.

Resultado do VI Concurso de Monografias

Saiu o resultado do VI Concurso Nacional de Monografias. Confira os vencedores:

Categoria Universitário – Tema: O exercício da cidadania e os Juizados Especiais Federais

1º colocado: Jorge Ferraz de Oliveira Júnior – Brasília-DF

2º colocado: Maydano Fernandes de Miranda – Rio Branco – AC

3º colocado: Leandro Waldir de Paula – Franca – SP

Categoria Profissional – Tema: Terrorismo, repressão e repercussão nas garantias dos direitos humanos .

1º colocado: Ana Flávia Penna Velloso – Paris (França)

2º colocado: Antônio Carlos Ozório Nunes – Taubaté – SP

3º colocado: Carlos Henrique Borlido Haddad – Belo Horizonte – MG

A entrega dos prêmios aconteceu no dia 29 de agosto, no Salão Nobre. A classificação dos demais candidatos está disponível na *home-page* do Tribunal. Cobertura completa na próxima edição.

Justiça sem férias

Finalizou-se no dia 31 de julho o período de atividades da Turma Especial de Férias do TRF da 1ª Região. De acordo com a Portaria/Presi/1104-459, de 16 de junho de 2003, o Presidente em exercício do Tribunal, Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias, no uso de suas atribuições e tendo em vista o decidido na sessão da Corte Especial Administrativa de 12/06/03, designou os Desembargadores Federais Jirair Aram Meguerian, como Presidente, Hilton Queiroz, Ítalo Mendes e João Gomes Moreira, para compor a Turma Especial de Férias que atuou no período de 02 a 31 de julho. O mês foi de muito trabalho, inclusive nos finais de semana, como prevê o Regimento Interno.

Houve duas sessões, nos dias 15 e 29 de julho, onde foram julgados pro-



cessos de *Habeas Corpus* e de Apelação Cível. Segundo estatística de processos julgados em julho de 2003 apresentada pela Secretaria Judiciária da Turma Especial de Férias, houve mais de cinquenta decisões em

Habeas Corpus.

A Turma Especial de Férias, prevista regimentalmente, exerce atividade jurisdicional nas férias regimentais dos magistrados, de 2 a 31 de janeiro e de 2 a 31 de julho de cada ano.

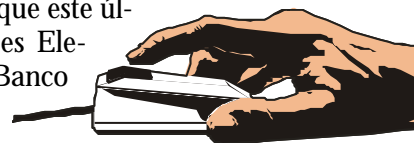
| Processos Julgados | | | | |
|--|---------------|----------------|---------------|-------|
| | 15/07 | | 29/07 | Total |
| | Habeas corpus | Apelação cível | Habeas corpus | |
| Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian | 11 | | 19 | 30 |
| Desembargador Federal Hilton Queiroz | 05 | 01 | 07 | 13 |
| Desembargador Federal Ítalo Fioravanti Sabo Mendes | 03 | | 03 | 06 |
| Desembargador Federal João Batista Moreira | 07 | | 03 | 10 |
| Total | 26 | 01 | 32 | 59 |

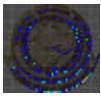
Dados enviados pela Subsecretaria da Segunda Turma

Pregão Eletrônico

A legislação relativa à aquisição de bens e serviços pelo Governo Federal tem passado por diversas inovações, que visam obter maior eficiência e economia nas compras, bem como diminuição dos trâmites burocráticos. Assim foram criadas as modalidades de compras por Pregão Presencial e Pregão Eletrônico, que redundam numa economia média de 25% nos preços. O TRF-1ª Região, desde 2001, adotou essas modalidades e hoje se aproxima da marca dos 100 Pregões Eletrônicos e Presenciais realizados pelo Portal de Compras do Governo Federal, o *site* comprasnet.gov.br. Recentemente foram efetuados os Pregões Eletrônicos 17 e 23, de 2003. No primeiro, para aquisição de cartuchos de impressão, tóner, etc., o levantamento de preços do mercado indicou uma despesa prevista em R\$ 1.920.000,00. Após 427 lances, dados pelos fornecedores, o montante caiu para R\$ 1.005.145,00. Por motivos de não-apresentação da amostra, diferença nas especificações ou ausência de lau-

dos de similaridade, a aquisição efetivada foi menor. No segundo Pregão Eletrônico, o 23/03, também para aquisição de cartuchos, a pesquisa de mercado indicou despesa de R\$ 240.000,00. Efetivada a licitação, foram apresentados 207 lances, e a compra total alcançou R\$ 104.463,00. É de se salientar que o TRF-1ª Região é o único entre os Tribunais Regionais a trabalhar com o Pregão Eletrônico. Entre os Tribunais Superiores, destacam-se o STM e o STJ, sendo que este último realizou dois Pregões Eletrônicos usando o *site* do Banco do Brasil S/A. Todas as Seções Judiciárias do TRF-1ª Região usam o Pregão Presencial, à exceção da do Piauí, que nos próximos dias efetuará o seu 1º Pregão. Nenhuma das nossas Seções Judiciárias utilizou o Pregão Eletrônico, salvo a do Maranhão e a de Goiás, que usaram o Banco do Brasil.





ENTREVISTA: SOLANGE SALGADO DA SILVA

AJUFER: EMPENHO E CONQUISTAS

Por Samantha Salomão



Solange Salgado da Silva Ramos de Vasconcelos está na presidência da Ajufer – Associação dos Juizes Federais da 1ª Região – desde dezembro do ano passado. Natural do Rio de Janeiro, graduou-se na Faculdade Cândido Mendes e fez mestrado na Faculdade Gama Filho, ambas no Rio de Janeiro. Foi Promotora de Justiça e Juíza de Direito em Minas Gerais. Começou na magistratura federal em 1992, no Maranhão, vindo, no ano seguinte, para Brasília, onde exerce o cargo de Juíza Titular da 1ª Vara da Seção Judiciária do DF. Nesta entrevista, ela fala sobre as vantagens de uma associação regionalizada para os Magistrados da 1ª Região, sobre o primeiro encontro de estudos de juizes da 1ª Região e sobre o apoio da Ajufer aos Juizados Especiais Federais Itinerantes.

Quando e com que objetivo foi criada a Ajufer?

A Ajufer foi criada em 1997, com a finalidade de colaborar nas atividades associativas por visualizar que a Ajufe, sendo uma entidade nacional, devido ao crescimento do quadro da magistratura federal aliado à diversidade institucional de cada região, que provém da própria regionalização da Justiça Federal, via-se materialmente impossibilitada de cobrir todos os interesses dos magistrados federais, de norte a sul. Essa dificuldade, já atuando, naquela época, na Ajufe, foi por mim notada juntamente com outros juizes. Eu sou uma das sócias fundadoras da Ajufer. Na época, eu era delegada seccional da Ajufe aqui no Distrito Federal. A criação da Ajufer teve o propósito de que os interesses dos magistrados da Primeira Região efetivamente pudessem ser tratados de forma associativa. Nós temos inúmeros pleitos nesse sentido, e, às vezes, até em diversidade com a magistratura de outras Regiões, como estamos vendo agora com o Projeto de Lei para criação de novas varas. A Primeira Região, que é uma Região continental, abrangendo 13 estados e o Distrito Federal, está recebendo, segundo esse Projeto de Lei, uma parte infinitamente inferior comparada às outras quatro Regiões, que têm estados federados muito menores. Então, esta luta para trazer mais varas para a Primeira Região não pode ser enfrentada pela Ajufe por ser nacional; obviamente, ela não pode estar pendente para o interesse de uma única Região e negligenciar o das outras. Esse é apenas um exemplo; nós temos diversos exemplos de interesses apenas da Primeira Região. Até mesmo por ser uma área continental, dentro da nossa Região temos interesses diversificados, e é a favor desses interesses que procu-

ramos, através da Ajufer, lutar, em prol dos magistrados da Primeira Região.

De que forma a Ajufer vem atuando?

De que forma a Ajufer vem atuando?

Aqueles interesses que são de todos, como os que dizem respeito à Reforma da Previdência, são defendidos em conjunto com a associação nacional e com as demais entidades de classe. Nunca tivemos qualquer problema com a Ajufe; ao contrário, nosso sentido é sempre de colaborar, de complementar o trabalho, mas também estamos sempre atentos aos interesses dos magistrados da Primeira Região: agora mesmo estamos ingressando com ação judicial em defesa do auxílio moradia para os novos juizes da Primeira Região. Desta forma, estamos sempre procurando representar os magistrados federais nos diversos interesses que eles têm.

Que vantagens o magistrado passa a ter quando se reúne em uma associação como a Ajufer, que é específica para a Primeira Região?

As vantagens para o magistrado são inúmeras. Primeiro, qualquer pleito pessoal que seja institucional é canalizado através da Ajufer. Isso despersionifica esses requerimentos pelos quais, às vezes, a figura do magistrado fica muito exposta; além disso, o magistrado, via de regra, não tem tempo para cuidar desses interesses; então, por isso, nós estamos aqui. Quando assumi a Ajufer, nós tínhamos pouco mais de 100 associados, não chegávamos a 110. Em sete meses à frente da Ajufer, nós já conseguimos elevar para 184 filiados. O número de associados é cada vez maior na medida em que eu defino a Ajufer para os magistrados, pois é uma associação recente e, só aos poucos, vai se tornando conhecida, eliminando-se aquela visão distorcida de que ela foi criada em oposição a nossa associação nacional. Estou tendo, assim, uma ade-

são associativa muito grande.

Quais têm sido os desafios que a senhora tem enfrentado à frente da Ajufer?

Minha conduta é ir a cada seção mostrar a importância da Ajufer e a necessidade de o magistrado a ela se associar. Anoto todas as idéias e todos os requerimentos dos magistrados e operacionalizo os pleitos. Os apresentados junto ao nosso Tribunal estão tendo boa receptividade; já conseguimos alguma coisa, outras ainda estão em tramitação, e ainda estamos ingressando com novos pleitos para serem apreciados. São requerimentos que, embora tenham partido de um juiz ou um grupo de juízes, acabam sendo do interesse de todos. Então, esse trabalho os juízes estão conseguindo ver. Nas matérias de interesse da Primeira Região, a Ajufer atua individualmente; o que é de interesse de todos os magistrados, nós somamos esforços e fazemos em conjunto. Jamais estamos em oposição à nacional.

Em maio, a Ajufer promoveu em Macapá, no Amapá, o primeiro encontro de estudos de juízes federais da Primeira Região, ao qual estiveram presentes mais de cem magistrados. Que balanço a senhora faz do encontro?

Esse primeiro encontro foi realmente um sucesso. Um sucesso em termos de adesão, por ter sido atingido nosso objetivo maior, já que esses encontros de estudo já eram um objetivo quando a nova diretoria assumiu. Lá, nós tivemos discussões de temas relevantíssimos com grande participação dos juízes. Saímos todos engrandecidos e, além disso, fizemos na mesma época, em conjunto com o Tribunal Regional e com a coordenação dos Juizados Especiais Federais, o Juizado Especial Itinerante. Na época do encontro, foi assinado através do nosso presidente, Dr. Catão, junto com o presidente do Tribunal de Justiça local, o convênio para utilização de um barco na realização do Juizado Federal Itinerante Fluvial. Por isso, o encontro de Macapá foi positivo em todos os sentidos, principalmente, por termos proporcionado a ida dos juízes federais vinculados à 1ª Região para participar des-

se momento histórico.

Existe algum projeto para realizar outro encontro e estar atuando também junto com as novas unidades móveis recém-adquiridas pelo Tribunal?

A Ajufer já está com outros programas para o Juizado Itinerante Terrestre. Iríamos até realizar um desses encontros agora, em Tocantins, mas a questão ali é climática; a época marcada para sua realização é de chuvas, e o caminhão não consegue trafegar em vias não-próprias, pois o veículo é uma carreta pesada; por isso, talvez tenhamos que adiá-lo um pouco para uma época de seca; mas a intenção é participar também desses Itinerantes, incentivando a presença dos juízes vocacionados, porque realmente é um trabalho muito importante, social-

“Nosso sentido é sempre de colaborar, de completar o trabalho...”

mente sem precedentes na Justiça Federal e na Justiça como um todo.

Qual a posição da Ajufer com relação às reformas que o Governo Federal está fazendo?

A Ajufer, como toda associação de magistrado, presenciou, até um pouco estarrecida, a maneira como a reforma foi proposta e foi conduzida. Ainda não se sabe se a questão, se todo aquele terrorismo inicial da reforma foi mesmo para espantar, para sair o que saiu; tendo sido cedido apenas um pouco. O que a Ajufer está vendo é o desmantelamento do Poder Judiciário, no mínimo a médio prazo. Os membros do Poder Judiciário, que são os juízes, estão sendo tratados como se fossem meros burocratas, e não como membros de Estado, de Poder, ante a peculiaridade própria de seu cargo. Todos os membros de Poder, seja ele do Executivo, do Legislativo ou do Judiciário, exercem função de Esta-

do, e para que consigam bem desempenhar essas funções eles precisam de certas reservas, de certas prerrogativas, não para a pessoa em si que está exercendo o cargo, mas para garantir que as funções do cargo sejam bem exercidas. Isso, infelizmente, estamos vendo que não foi compreendido; está sendo tomado um rumo preocupante, visto ter sido conseguida nesta fase da Reforma a manutenção das prerrogativas do cargo para os atuais magistrados e não para os futuros, exatamente aqueles que vão comandar daqui para frente. Por isso, estou vendo um enfraquecimento do Poder Judiciário; e não existe Estado Democrático de Direito sem um Poder Judiciário forte. Esse enfraquecimento com certeza é um justo receio. Não sabemos o que virá daqui para frente.

No início do ano foi bastante discutida a questão da segurança dos magistrados, depois do assassinato, em menos de 15 dias, de dois juízes. De lá para cá, houve alguma mudança em relação à segurança dos magistrados?

Muito pequena. Em verdade, não houve mudança significativa. A segurança pessoal do magistrado é coisa séria. Em algumas seções, por exemplo, aqui, no Distrito Federal, instalaram circuito interno de vídeo, que não chega a oferecer segurança idônea. Os motoristas, que seriam os seguranças, não têm curso específico e estão apenas exercendo papel de motoristas, apesar de haver o cargo de segurança. Além disso, só os titulares têm disponível esse serviço. Nós não tivemos de lá para cá nenhuma medida efetiva para se garantir a segurança do magistrado, e isso realmente é muito preocupante. A rigor, o problema é mais abrangente, pois sua solução não depende exclusivamente dos órgãos diretivos do Poder Judiciário, que não possui meios pessoais e materiais para esse fim. Temos procurado junto ao Tribunal obter a segurança dos magistrados da Primeira Região. Assim, o problema tem maior abrangência do que se percebe à primeira vista. Os magistrados merecem e precisam receber segurança pessoal, que deve ser estendida a sua família. Só dessa forma se irá preservar e assegurar o pleno exercício da Magistratura como Poder de Estado. ■



Subseção de Uberlândia realiza Encontro de Juízes e comemora aniversário

Juizado Especial Federal foi o tema do VI Encontro de Juízes realizado em Uberlândia-MG, no período de 26 a 28 de junho. O evento, que aconteceu no Plaza Shopping Hotel, reuniu Desembargadores e Juízes Federais da Primeira Região.

O Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian, Diretor da Esmaf e organizador do evento, revelou que a Subseção Judiciária de Uberlândia foi o local escolhido para sediar o evento por dois motivos: primeiro, para comemorar os quinze anos de sua instalação; segundo, porque a intenção da Esmaf é prestigiar todas as Subseções Judiciárias do País com a realização de eventos nesses locais. O Juiz Federal Lincoln Rodrigues de Faria, Coordenador da Subseção mineira, afirmou ser uma honra sediar um evento tão importante. “É a primeira vez que um encontro dessa magnitude acontece em uma Subseção Judiciária. Sem dúvida, uma excelente oportunidade para os participantes conhecerem de perto a nossa

realidade”, revelou.

A abertura do evento aconteceu no salão principal do Plaza Shopping Hotel e contou com a presença de magistrados, membros do Ministério Público, advogados e servidores da Justiça Federal. Na ocasião, também aconteceu a solenidade comemorativa do 15º aniversário da Subseção. O Presidente Catão Alves fez um discurso lembrando que “a Justiça Federal em Uberlândia é pequena na idade e nas dimensões, mas grande na harmonia, na dedicação ao serviço e na eficiência da prestação jurisdicional célere, segura e eficaz”. Ainda em seu discurso, o Presidente do Tribunal revelou a sua intenção de instalar os Juizados Especiais

Federais nas Subseções Judiciárias da Primeira Região localizadas no interior do País e informou que já estão adiantados os entendimentos com o Centro Universitário do Triângulo-Unit para a instalação do JEF na Subseção Judiciária de Uberlândia. A ideia agradou aos juízes, procuradores e advogados de Uberlândia que aplaudiram exaustivamente o Presidente Catão Alves.

Homenagens – Durante a solenidade comemorativa do 15º aniversário da Justiça Federal de Uberlândia e abertura do VI Encontro de Juízes Federais, o Juiz Federal Lincoln Rodrigues de Faria, em nome da Subseção Judiciária uberlandense, homenageou autoridades,

servidores e instituições que prestam relevantes serviços à Justiça Federal da cidade. Nove pessoas receberam a homenagem; entre elas, o Presidente Catão Alves, os Desembargadores Federais Hércules Quasímodo, Plauto Ribeiro e Jirair Aram Meguerian e o Diretor-Geral do TRF-1ª Região, Alcides Diniz.



Seção Judiciária do Maranhão comemora 35 anos

A realização de um concorrido Ciclo de Palestras marcou as comemorações do trigésimo quinto aniversário da seccional maranhense. O evento aconteceu nos dias 05 e 06 de junho e deixou o auditório da Seção Judiciária lotado para ouvir os desembargadores federais do TRF-1ª Região e outros ilustres palestrantes debaterem sobre os mais variados temas. No primeiro dia do evento, falaram a respeito dos Juizados Especiais Federais os magistrados Tourinho Neto e Selene Maria de Almeida, coordenadora dos JEFs na 1ª Região. “Coisa Julgada Inconstitucional e o Instrumento para seu Controle” foi o tema da palestra do Procurador da União da Bahia, Carlos Valdér, e do debate com os Juízes Federais Leomar Barros Amorim e Reynaldo Soares da Fonseca. No segundo dia do even-

to, as palestras sobre Reforma da Previdência reuniram mais de cento e cinquenta pessoas no auditório. Falaram sobre o assunto a Desembargadora Federal Assusete Magalhães e o representante do Ministério da Previdência Social, Delúbio Gomes. Em seguida, ouve um interessante debate com a participação dos palestrantes, do Procurador Carlos Valdér e de Kleber Moreira, Conselheiro da OAB.

Na tarde do dia 06 de junho, o Desembargador Federal aposentado Alberto Vieira da Silva discursou sobre o histórico da Justiça Federal, relembando

com carinho os primeiros dias de trabalho na seccional maranhense e as dificuldades enfrentadas na época. Em seguida, o Vice-Presidente do STJ, Ministro Edson Vidigal, fez uma palestra com o tema “35 anos de Justiça Federal no Maranhão: vitória da Sociedade”. Após as palestras, foi realizado o descerramento de placas de instalação da Turma Recursal do JEF e de inauguração do prédio anexo ao edifício-sede.

As comemorações foram encerradas com um delicioso coquetel e com uma belíssima apresentação de grupo folclórico de bumba-meu-boi. O sucesso absoluto do evento foi resultado do enorme esforço despendido pela Diretora do Foro da Seção Judiciária do Maranhão, Rosimayre Gonçalves de Carvalho, e por toda a sua equipe de apoio.



Ações celebram avanço para os JEFs Itinerantes

O Presidente Catão Alves assinou, no dia 05/08, um convênio com a Fundação Banco do Brasil, que impulsionará a execução do projeto Juizados Especiais Federais Itinerantes: A Justiça vencendo distâncias.

O convênio destinará recursos à compra de um veículo para os JEFs Itinerantes e à personalização da pintura das duas unidades móveis adquiridas pelo Tribunal.

Durante a solenidade houve troca de discursos entre o Presidente da Fundação Banco do Brasil, Jacques de Oliveira Pena e o Presidente do TRF – 1ª Região, Desembargador Catão Alves, que ressaltou o momento histórico que representa o convênio para a Justiça Federal.

Presentes à cerimônia, além do Presidente, compareceram o Vice-Presidente, Desembargador Federal Carlos Fernando Mathias, a Coordenadora dos JEFs, Selene Maria de Almeida, os Desembargadores Federais, Antônio Souza Prudente, Antônio Ezequiel, Amílcar Machado, a Presidente da Ajufer, Solange Salgado, vários Juizes Federais da primeira instância do DF, bem com o Secretário-Geral, Mário Santana, o Diretor-Geral, Alcides Diniz e demais diretores da Casa. Participaram também o Superintendente Estadual do DF, Hayton da Rocha, o Gerente Executivo da Diretoria do Governo, Paulo Roberto de Oliveira, o Diretor da Área de Governo, João Carlos, e os Gerentes da agência Poder

Judiciário, Ricardo Newman e Mauro Santana.

Na tarde seguinte à assinatura do convênio, o Presidente Catão, acompanhado de uma pequena comitiva, esteve no Centrejufe para conhecer as instalações da primeira unidade móvel que será utilizada na operacionalização prática dos JEFs.

O veículo será destinado à fase de atermações dos Juizados e encontra-se estacionado no Centro de Treinamento, possuindo salas equipadas com mobiliário para atender adequadamente aos cidadãos, uma dependência para banheiro e cozinha. Emocionado, o Presidente afirmou que a carreta para as atermações está como o jurisdicionado merece.

A segunda carreta, destinada à fase de julgamentos, que estava sendo equipada e adaptada com mobiliário na cidade de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, chegou a Brasília no dia 18/08 e está estacionada também no Centrejufe.

As duas carretas foram personalizadas com pintura em verde e amarelo e as logomarcas da Primeira Região e dos Juizados. Além disso, futuramente, estão previstas as instalações de aparelhos de *note books* nos veículos que estarão ligados com o banco de dados do Tribunal.

Integraram a comitiva a Desembar-



1. Presidente Catão Alves no caminhão que será utilizado pelo Juizado Federal Itinerante
2. Comitiva conhece as instalações da unidade móvel do JEF Itinerante

gadora Federal Selene Maria de Almeida, Coordenadora dos JEFs na Primeira Região, o Secretário-Geral, o Diretor-Geral, Diretores de Secretarias, magistrados das Turmas Suplementares e de 1ª instância, além da Presidente da Ajufer, Solange Salgado, e do Deputado Federal, Vice-Líder do PT, João Magno, acompanhado do assessor.

Prevenção garante maior qualidade de vida

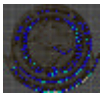
A hipertensão, ou simplesmente pressão alta, é a elevação da pressão arterial para números acima dos valores considerados normais. O histórico familiar, a idade, a obesidade, o diabetes, o sedentarismo e o estresse diário são alguns fatores que exercem influência nesse aumento anormal, que pode causar lesões no coração e no cérebro. E a falta de orientação quanto à correta medicação é parte agravante no progresso da doença.

Em virtude disso e do alto índice de hipertensos no Tribunal, o Serviço Médico vem, ao longo deste ano, organizando importantes palestras, que fazem parte do Programa de Prevenção e Controle de Doenças Cardiovasculares. A última, ocorrida no dia 26 de junho, no auditório do Edifi-

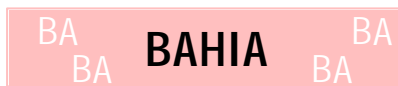
cio Anexo I, abordou de forma didática o uso da medicação para o controle da pressão, contando com a participação de 45 pessoas.

Conforme Iraci Borges, enfermeira do Serviço Médico, a palestra teve um saldo positivo, tanto pelo grande interesse mostrado pelos participantes, quanto pela repercussão: “as pessoas que foram à palestra mostraram muito interesse, perguntaram, questionaram. Os poucos inscritos que não compareceram vieram pedir material sobre o assunto”.

Além do trabalho preventivo, o Serviço Médico oferece ao hipertenso acompanhamento e controle regular da pressão, garantindo maior qualidade de vida aos servidores do Tribunal.



Seções Judiciárias



Juizados Federais terão nova sede

Gestões iniciadas pelo Desembargador Federal Aloísio Palmeira Lima no final de junho último, quando esteve no exercício eventual da Presidência, para a construção do edifício-sede dos Juizados Especiais Federais Cíveis e Criminais da Bahia e para abrigar o arquivo da Seção Judiciária, tiveram prosseguimento em Salvador, com a audiência que, por delegação, o Juiz Federal e Presidente das Turmas Recursais desses Juizados, Dr. Cândido Moraes, manteve com o Governador do Estado.

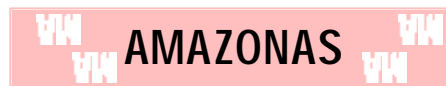
No dia 16 de julho foi feita a escolha, no Centro Administrativo da Bahia, de terreno com área de 20.000m² e excelente localização para a futura construção do prédio.



Justiça Federal divulga resultado de concurso

São mulheres os três primeiros colocados no Concurso de Redação promovido pela Seção Judiciária de Rondônia em comemoração dos 20 anos de implantação da Justiça Federal no Estado. A vencedora é a estudante Valdeglace Lopes de Melo, do 3º ano do Centro de Ensino Classe A, vindo a seguir Ana Carolina Gonzaga de Melo, do Colégio Dom Bosco, e Meriane Carvalho Neto, da Escola Estadual John Kennedy.

Dos 44 inscritos, 80% eram do sexo feminino. A nota e a classificação de todos os candidatos estão disponíveis no [site www.ro.trf1.gov.br](http://www.ro.trf1.gov.br), e os prêmios serão entregues no dia 12 de agosto, durante a solenidade alusiva aos 20 anos da Justiça Federal em Rondônia. A ganhadora receberá uma caderneta de poupança da Caixa Econômica Federal no valor de 500 reais e um celular, prêmio este também a ser oferecido aos segundo e terceiro colocados, todos doados pela Vivo.



Visita da Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida

A Desembargadora Federal Coordenadora dos Juizados Especiais Federais, Selene Maria de Almeida, acompanhada do Juiz Federal Bruno Augusto Santos de Oliveira, esteve visitando a seccional do Amazonas nos dias primeiro a 03.07.

Na ocasião, a Desembargadora visitou as instalações do JEF/AM, catalogando dificuldades hoje enfrentadas, para a busca de soluções e conseqüente melhora nas condições de trabalho e otimização dos serviços oferecidos aos jurisdicionados.

Em audiência com o Governador do Estado, Eduardo Braga, a magistrada Selene Maria conseguiu a doação definitiva do imóvel onde está instalado o JEF/AM.

A Desembargadora Federal iniciou, ainda, o processo de aquisição de um barco para o JEF/AM, onde funcionará o Juizado Especial Federal Itinerante Fluvial.

Aniversário do Juiz Federal Diretor do Foro

Dia 17.06, a Seção Judiciária do Amazonas comemorou mais um ano de vida do Juiz Federal Diretor do Foro, Vallisney de Souza Oliveira. No final da tarde, na sala onde se reúne a Turma Recursal do Juizado Especial Federal, os juizes, servidores, prestadores de serviço e estagiários que foram levar suas felicitações ao juiz puderam degustar um delicioso lanche.



Servidor Carlos Gomes homenageando o Juiz aniversariante com um bonito discurso.



Presidente do STJ visita a Seção Judiciária

O presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Nilson Naves, e o Ministro Gilson Dipp, também do STJ, visitaram, no dia 22 de maio, a Seção Judiciária do Estado.

Durante a visita, os Ministros se reuniram com os Juizes Federais para discutirem sobre o projeto de criação das novas varas federais, que tramita em regime de urgência no Congresso Nacional, e apresentaram aos magistrados a posição do STJ em relação à Reforma do Judiciário.

O presidente do STJ informou que, com a aprovação do projeto de criação das novas varas federais, a Seção Judiciária do estado de Goiás será beneficiada com pelo menos quatro varas, a serem instaladas em Goiânia e no interior do Estado. Sobre a Reforma do Poder Judiciário, falou da necessidade de o Congresso Nacional aprovar, pelo menos, parte da Reforma, que há onze anos tramita no Legislativo. Para ele, os pontos de consenso entre as propostas aprovadas na Câmara e no Senado podem ser transformados em lei, deixando-se os aspectos conflitantes para decisão posterior. Segundo o Presidente, um dos pontos mais urgentes é a aprovação do efeito vinculante em relação a matérias do STJ. Isto já existe em relação ao Supremo Tribunal Federal (STF). Hoje existem no STJ 60 mil processos de FGTS, e outros 85 mil devem chegar ao Tribunal até o final de junho. O STJ já tem posicionamento firmado sobre o assunto, mas como não existe súmula vinculante em relação aos seus julgados, cada um dos milhares de processos terá de receber despacho.

Após a reunião, os ministros conheceram as dependências da Turma Recursal da Seccional.

Decisões das Seções Judiciárias em Destaque



Vítimas de naufrágio

A União Federal foi condenada a danos morais no valor de 200 mil reais e a patrimoniais equivalentes a pensões mensais retroativas à época do fato – fevereiro de 1999 – por ter sido considerada responsável pelo naufrágio da embarcação Ana Maria VIII em viagem de Porto Velho a Manaus.

A Juíza Federal da 3ª Vara da Seção Judiciária de Rondônia, Daniela Paulovich de Lima, considerou que, tendo em vista laudo pericial, “evidencia-se a responsabilidade objetiva da ré através de omissão específica de seu agente, inspetor da Delegacia Fluvial de Porto Velho, cuja conduta negligente foi decisiva para a ocorrência do naufrágio da embarcação, que, por ocasião da inspeção da embarcação no porto da capital rondoniense, autorizou a sua partida mesmo sabendo que havia 105 passageiros e elevada quantidade de carga no convés, inclusive veículos”.



Emancipação de índio

O Juiz Federal da Segunda Vara Federal de Roraima, Helder Girão Barreto, declarou o índio Alfredo Bernardino Pereira da Silva emancipado da tutela da Funai. O índio, líder indígena há mais de uma década, é estudante universitário.

Em seus argumentos, o índio defendeu ser capaz de decidir a própria vida, sem necessidade de sua representação pela Funai e que o Governo Federal ofereça a todos os índios as condições de emancipação. Acrescentou o Juiz Federal que a liberação da tutela não tira de Alfredo a condição de indígena.



Crime Organizado

A Juíza Federal Substituta do Amazonas, Geneviéve Grossi Orsi, recebeu em julho denúncia contra 36 indiciados em inquérito policial envolvidos no crime organizado na Região. Os réus envolvidos estão sendo acusados de delitos como formação de quadrilha, contrabando ou descaminho, extorsão, porte ilegal de armas, tráfico de entorpecentes, lavagem de dinheiro, adulteração de documentos, roubo de carros, usurpação de função pública, abuso de autoridade e estelionato.

Considerada a maior operação policial contra o crime organizado no Estado, já foram indiciados policiais civis, delegados, advogados e empresários. Está sendo realizado o arrolamento das testemunhas pelo Ministério Público Federal para que os interrogatórios ocorram.

Liminar em Ação Civil Pública garante saúde aos indígenas

A Constituição Federal garantiu aos povos indígenas desde os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam até organização social, costumes, línguas, crenças, tradições.

É indubitável também que compete à União, por imperativo constitucional, a integral responsabilidade pela assistência à saúde indígena, cabendo-lhe, portanto, tomar as providências devidas para que os profissionais de saúde envolvidos com a prestação desse serviço em favor das populações indígenas estejam preparados, inclusive com conhecimentos específicos sobre organização social indígena, a fim de garantir a manutenção do respeito aos valores culturais próprios dos indígenas.

Dessa forma, a lei nº 9.836/99 veio regulamentar a assistência à saúde dos indígenas, passando tal tarefa à Fundação Nacional de Saúde–Funasa.

Assim, a transferência dos recursos do orçamento da saúde indígena, através da Secretaria de Assistência à Saúde, passou a ser direcionada aos municípios, que passaram a ter autonomia plena

neste particular.

A partir daí, a Funasa tomou a iniciativa de firmar diversos convênios, inclusive com ONGs, para prestação de serviço à saúde indígena, valendo-se do disposto no art. 4º do Decreto nº 3.156/99.

Todavia, essa atitude gerou um completo caos na prestação de saúde dos povos indígenas, especificamente das etnias que habitam o Vale do Javari, situado na região do Alto Solimões, no Estado do Amazonas.

Diante disso, a Juíza Federal Titular da 1ª Vara, Jaiza Maria Pinto Fraxe, concedeu liminar na Ação Civil Pública nº 2003.4691-0, para que a União, através do Ministério da Saúde, e a Funasa, assumam a execução das Ações Básicas de Saúde indígena do Vale do Javari.

Nela, determina que devem contratar profissionais em regime temporário e realizar capacitação dos profissionais que ali já se encontram no que envolva disciplina relativa aos valores culturais indígenas.

Biopirataria

Foram condenados os dois alemães pegos em flagrante ao tentarem embarcar para a Alemanha 280 espécimes de peixes ornamentais sem autorizações dos órgãos brasileiros competentes.

A Juíza Federal da 3ª Vara, Maria Lúcia Gomes de Souza, condenou-os a um ano e quatro meses de prisão, mas, por preencherem os requisitos legais necessários, foram-lhes computadas penas substitutivas que consistem em prestação pecuniária de 50 salários-mínimos por cada um em favor do Ibama ou entidade ambiental por ele indicada, devidamente reconhecida pelos órgãos competentes, para custeio de programas ou projeto ambiental de educação ecológica ou que vise prevenir danos ao meio ambiente.

De acordo com informações do Ibama, além de não terem as autorizações pertinentes, dos peixes apreendidos no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, somente três espécies são de exportação permitida.



Pesquisa avalia opinião de leitores



No final do mês de junho, a Ascom enviou a todas as unidades do Tribunal um questionário de avaliação sobre os veículos informativos impressos produzidos pela Assessoria. O objetivo era conhecer a opinião dos leitores do *Destaque do Dia* e da revista *Destaque* e, assim, tornar a comunicação interna do Órgão muito mais dinâmica, de forma a atender plenamente os interesses de seu público-alvo: magistrados e servidores.

O resultado obtido com a aplicação dos questionários foi bastante positivo, pois indica que os informativos têm boa aceitação junto ao público da Casa, além de apontar o caminho para tornar o *Destaque do Dia* e a revista *Destaque* veículos cada vez mais eficientes de comunicação interna.

271 pessoas responderam aos questionários. Confira na tabela abaixo alguns números da pesquisa, feita em todas as unidades do Tribunal.

| TOTAL DE QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS: 271 | |
|--|--|
| DESTAQUE DO DIA | DESTAQUE MENSAL |
| <ul style="list-style-type: none"> √ 251 pessoas lêem o informativo contra 19 que não o fazem; √ para 158 pessoas, o melhor horário para afixar o Destaque do Dia é entre 17h. e 17h30min.; √ entre as sugestões para tornar o jornal mais atraente, o item “Textos Curtos” foi assinalado 181 vezes, seguido por “Fotos”, (74), e “Ilustrações”, (57); √ 156 pessoas gostariam de receber o informativo por <i>e-mail</i>; 115 afirmaram que não; √ com relação à linguagem, 132 pessoas consideraram-na <i>formal/adequada</i>; e 109, <i>informal/adequada</i>; √ “Projetos de lei de interesse do servidor em tramitação no Congresso Nacional” (230) e “Decisões administrativas do TRF-1ª Região” (207) foram os itens mais assinalados com relação ao tipo de notícias que os leitores gostariam de encontrar no Destaque do Dia. | <ul style="list-style-type: none"> √ 207 pessoas costumam ler a revista, contra 47 que não o fazem; √ em relação às seções do informativo que mais interessam aos leitores, houve um equilíbrio entre os itens. “Qualidade de Vida” é a preferida por 157 pessoas, seguida de “Dicas de Português” (150), “Cursos” (135), “Entrevistas” (122), e “Decisões do TRF” (120); √ com relação à linguagem, 128 leitores marcaram o item <i>formal/adequada</i>; e 77, <i>informal/adequada</i>; √ 186 pessoas aprovam o visual do <i>Destaque</i> mensal, contra 24 que não; √ 113 pessoas afirmaram que não querem mudanças na revista; 34 consideram que o enfoque das matérias poderia ser diferente; 20 leitores afirmaram que as fotos poderiam ser maiores. |

Com base nas respostas obtidas pelo questionário e nas diversas sugestões apresentadas pelos servidores, a Ascom já está fazendo algumas alterações em seus informativos. Entre elas: inserção de fotos no Destaque do Dia, divulgação constante de projetos de lei de interesse do servidor em tramitação no Congresso Nacional, modificação da logomarca nos informativos, etc.

A partir do mês de setembro, o questionário também será aplicado nas Seções Judiciárias da Primeira Região. Com os resultados obtidos, a Ascom redirecionará a linha editorial dos informativos, de maneira a atender melhor a seus leitores. Para isso, todas as sugestões já apresentadas, juntamente com as opiniões dos leitores das seccionais, vão servir de orientação para o desenvolvimento do trabalho.

Festa junina solidária

Na última semana do mês de junho, os servidores do TRF-1ª Região estiveram empenhados em um único objetivo: arrecadar a maior quantidade possível de alimentos não-perecíveis com o objetivo de, trocando-os por convites para a Festa Junina do Centrejufe, doá-los a entidades filantrópicas.

A Assejufe, organizadora do evento, tinha como meta reunir os familiares dos servidores, de modo que o evento se tornasse um momento de alegre confraternização. Além de oportunizar esse encontro das famílias, os funcionários estavam contribuindo para outro evento: prover, em suas necessidades, entidades que atendem a pessoas carentes.

A cada quilo de alimento doado, o servidor, além de adquirir o convite, estava também concorrendo a um pacote turístico de uma semana no Hotel Taiyo, em Caldas Novas.

A Festa Junina, que aconteceu no dia 26/7, às 19 horas, no Clube do Centrejufe, foi embalada ao som da banda "Cucuz com Leite", famosa por seu forró-pé-de-serra.

Apesar da noite fria, cerca de três mil pessoas aqueceram-se com as músicas contagiantes da Banda.

Barraquinhas variadas permitiram aos servidores e suas famílias desfrutarem de comidas típicas do Pará e Maranhão, além das tradicionais iguarias que costumam fazer das festas juninas um *show* de degustação: crepes, arroz-doce, caldos, chocolate quente, maçã-do-amor e o famoso quentão.

"A Festa Junina foi muito divertida, com uma ótima estrutura; e o som da banda Cuscuz com Leite garantiu animação a noite inteira" afirmou Luiz Augusto Cals, prestador de serviço da Casa.

Durante o evento, estiveram presentes a Desembargadora Federal Assuete Magalhães, o Diretor do Foro da Se-

ção Judiciária do DF, Hamilton Sá Dantas, diversos juizes federais, o Diretor-Geral Alcides Diniz e o Secretário-Geral Mário José de Santana.

Os contemplados no sorteio dos pacotes turísticos foram Lurdirene César, Heliomar Vieira da Silva e Rosilene M. Santos, aos quais coube escolher que entidades seriam beneficiadas com 1,5 tonelada de alimentos. O Asilo Bezerra de Menezes, a Creche Sorriso de Maria e o Lar dos Velinhos Maria Madalena foram apontados, respectivamente, pelos ganhadores dos pacotes.

Nos dias 07 e 08/7, os servidores contemplados, juntamente com integrantes

des que se dedicam à assistência a crianças, idosos, doentes, etc e que aguardam nossa solidariedade. E o Coordenador do PGQVT e Chefe do Gabinete do Desembargador Federal Cândido Ribeiro, Sérgio Faria Lemos de Fonseca Neto, avisa que as atividades beneficentes não param por aí.

"Estamos prestes a colocar em prática um outro projeto, "Seja Social", que também possibilita aos funcionários do Tribunal explorarem o seu lado social enquanto indivíduo na sociedade".



da Diretoria da Assejufe e a Coordenação do PGQVT, estiveram nas entidades beneficiadas a fim de entregarem as doações.

"Foi maravilhoso poder contribuir para mais esta boa ação. Eu já havia estado com os idosos antes, pois faço parte da Comunhão Espírita, e a maioria deles já eram por mim conhecidos." Conta Lurdirene César (Irene), emocionada.

O sucesso da Festa Junina foi tão grande que, além de a próxima já estar marcada para o final de junho/2004, seus organizadores esperam uma arrecadação ainda mais significativa para beneficiar um número crescente de entida-

Animação da Banda contagia todos os presentes, entre eles (da esq. para a dir.) Mauro Santana, Gerente da Ag. Poder Judiciário, Fernando Antônio de Mendonça, Diretor da Assejufe, Ricardo Newman, Diretor da Dicap e Hamilton de Sá, Juiz Federal do DF

Memórias de um filho

Marconi Martins de Araujo

Imaginem o Rodrigo (hoje com um aninho) daqui a 30 anos, escrevendo suas memórias:

“De acordo com minha mãe, minha biógrafa oficial, se pai foi a segunda palavra que falei na vida, a terceira foi SANTOS!!! Influência religiosa familiar? Não... apenas fanatismo futebolístico paterno! Também me lembro de que meu primeiro herói não voava, nem possuía músculos definidos, mas gozava de duas grandes qualidades: não tinha medo do escuro e morava no quarto ao lado. Papai foi, também, meu primeiro brinquedo interativo; possuía múltiplas funções (só não tinha tecla close caption), além de ser resistente a mordidas e fluidos corporais. Eu me lembro de que minha babá prestava mais atenção em mim do que nas novelas da Globo... mas com papai era atenção em regime *full time*, principalmente quando estava longe ... tão longe, tão perto! Pois é, eu tinha o meu *big father*... sabe,

pra pai não existe genérico e nem clonagem, senão Deus tinha feito dois, não é mesmo? Tem pai que acumula cargos e não é inconstitucional ser mãe e pai simultaneamente, e olha que conheço muitos que jogam nas duas posições: batem o escanteio, correm pra cabecear e não é que estão lá no gol pra fazer aquela bela ponte: sai que é sua paizão!!! Falando em jogo, por que será que as mães não gostam de futebol? Se meu pai juntava com meu avô pra xingar a mãe do juiz, que havia feito o SANTOS (!!!!) perder, ela não ficava por perto! E se, por acaso, eu chegasse do colégio com a camisa mais vermelha que a do uniforme da Bélgica, pelo fato de



ter passado no campinho, era meu pai que tinha que apelar da sentença! Mas se meu pai era advogado, justiça seja feita, minha mãe era psicóloga infantil: quando minha prima Luma foi ferida em sua vaidade feminina por perder os dois dentes da frente, ela lembrou-lhe as grandes vantagens odontológicas daquele sorriso ventilado - mais espaço para a escova e saída de som frontal! Meu pai era um fotógrafo inveterado, um verdadeiro “paiparazzi”, que não perdia a oportunidade de me clicar: meus primeiros chutes, ainda na barriga de mamãe; os primeiros passos; o aniversário dos meus brinquedos; eu puxando o cabelo da Luma! Hoje, minha esposa acha que eu tenho mais do meu pai do que possa imaginar e que se livrar dessa influência é tarefa hercúlea. Não sei. Acho que existem coisas mais difíceis como, por exemplo, fazer meu filho de um ano falar o nome do SANTOS!!!!!!!!!!!!!!!



**Oh! Lua imensa,
Mal sabes o quanto me inspiram as tuas fases,
O teu crescer...
És tão momentânea quanto misteriosa!
Brilhas para os que amam;
Para os que não amam
És apenas um belo astro ao nascer.**

**Lua nua dos amantes,
Lua dos beijos errantes,
Lua perdida dos que um dia amaram demais,
Lua dos passos incertos
E dos caminhos desertos
Por onde andei...**

**Da mesma forma que a Lua rouba a noite,
Roubam-me a esperança,
Esse meu desejo,
Das coisas findas que vejo
E que nunca nesta vida pude ter.**

**E como dos teus beijos crescentes
E saudades minguantes não posso mais participar,
Privo-me do brilho das estrelas
E volto ao silêncio da noite constelada
E sentada, continuo a te esperar!**

A arte de Chico Oliveira

O Espaço Cultural do TRF-1ª Região recebeu o pintor Chico Oliveira, no dia 9 de junho, em coquetel de abertura da mostra realizada até 20 do mesmo mês.

A técnica utilizada pelo pintor é acrílico ou óleo sobre tela, apresentando estilo *naïf*, em que as cores são alegres, ingênuas e em tons clássicos na sua maioria.

Chico Oliveira é casado com a servidora do Tribunal Martha Hormann. Nascido em Rio Preto, interior de São Paulo, o artista, com 47 anos, tendo vindo para Brasília há 34 anos, traz na mente e no coração as influências

das paragens de sua infância, mescladas com o resultado da releitura personalíssima das paisagens sorvidas em viagens da alma pelo chão brasileiro. O artista plástico pinta desde 1976 e nos anos 80 freqüentou o ateliê de Maldonado Diaz, renomado artista plástico venezuelano, de quem teve forte influência da arte *naïf*.

O Espaço Cultural do Tribunal Regional Federal da 1ª Região é conduzido pela Assessoria de Representação e Programação Social, e o seu endereço é SAS, Quadra 02 – Praça dos Tribunais Superiores, Ed.- Sede, Térreo. Fone: 314.5506.

E-mail: asrep@trf1.gov.br



Chico Oliveira é um poeta:
Fez rimas com as cores, Faz versos em prosa,

Sugere um retrospecto para um lugar onde nunca estivemos,

Ou uma volta a um passado que não vivemos...

Provoca-nos um eco de saudade, Uma lembrança do que não conhecemos.

Chico Oliveira:

Um naïf com laivos de convencional, um convencional impregnado do naïf.

O que conta nele é a fala da alma.

Traz na memória as imagens que cria ou que retrata, que reporta e comenta...

Poema escrito pela sogra do artista em sua homenagem.

Gente em Destaque

Sinônimo de talento e de musicalidade

Nascido na terra do frevo e do maracatu, o músico recifense Ramilton Nóbrega trouxe para os palcos da cidade toda sua vivência musical.

Filho de um saxofonista e clarinetista, Ramilton encontrou em seu pai o apoio essencial para iniciar-se no mundo da música. Ele conta que desde os primeiros anos de sua vida, seu pai já o levava para assistir a apresentações de orquestra no Recife. Com cinco anos, Ramilton começava a tirar os primeiros sons com as baquetas. A partir daí, descobriu sua paixão pela bateria, o que o levou a se interessar e direcionar seu talento por outros diversos instrumentos de percussão. Já quando tinha doze anos, tocava e cantava profissionalmente na noite da capital pernambucana.

Hoje, com 41, além de ser Técnico Judiciário, Ramilton, que trabalha na Seção de Segurança, continua esbanjando vivacidade à frente da banda Ginga Brasileira, que ele mesmo, junto com antigos colegas da Casa, fundou há nove

anos. “Este nome foi escolhido por fazer alusão ao pagode, ritmo que estava em alta na década de 90, e com o qual iniciamos nosso trabalho. Porém, com o decorrer dos anos a Banda passou a se profissionalizar, assimilando vários outros estilos musicais e sempre reciclando seus integrantes. Hoje, nós tocamos desde o clássico até o popular”, explica Ramilton. A atual formação instrumental do Ginga reúne dois vocalistas, sendo uma voz feminina e outra masculina, além de sax, bateria, contrabaixo, guitarra, pistão, trombone, teclado, violão e percussão completa. Com esse último Ramilton embala as festas, mostrando todo seu talento e carisma nos batuques da conga, do timbal e do surdo.

Para atestar que Ramilton e seus companheiros fazem bonito, basta citar algumas das brilhantes participações da banda junto a nomes consagrados como Só Pra Contrariar, Fernanda Abreu, Daniel e muitos outros. Além disso, o Ginga Brasileira conquistou o título de melhor banda nos carnavais de 2001 e 2002 e já reuniu mais de 28.000

foliões nas ruas de Taguatinga. A Banda também participa do projeto “Arte Por Toda Parte” (GDF), fazendo apresentações em diversos lugares da cidade.

Consolidando ainda mais o sucesso do grupo, em breve será lançado o primeiro CD, “Cerrado”, que traz uma coletânea com canções de artistas famosos, regravadas com novos arranjos, e músicas de autoria dos próprios integrantes. O repertório do disco abrange variados estilos, que vão do *pop/rock*, do *funk* e do *soul* até ritmos bem brasileiros como o samba e a MPB.

Por fim, Ramilton é o exemplo de uma pessoa que conquistou muitas vitórias, por ter seguido sua vida com muita garra e talento dedicados à música.



Acesse o site www.gingabrasileira.art.br, para conferir mais informações sobre músicas, históricos e contatos da banda Ginga Brasileira.



1. Da esq. para a dir., Secretário-Geral Mário Santana, Presidente Catão Alves, Assessora de Comunicação Etiene Gomes e Diretor-Geral Alcides Diniz em visita ao estúdio

2. Da dir. para a esq., Marcela Correia, supervisora da Rádio; Ivani Moraes, supervisora da TV; Magnaldo Timo, supervisor técnico da Rádio e da TV; Etiene Gomes, chefe da Ascom; Sônia Matte, chefe da Ditel; Deusdete Paixão, chefe da Secin e Eugênio Garcia, chefe da Susis

SISTEMA INTEGRADO DE TRF em dia com as i

Em seus 14 anos de existência, o TRF da 1ª Região caracterizou-se no mundo jurídico pelo dinamismo de seus administradores, projetos inovadores e pioneirismo de ações sempre voltadas para a prestação jurisdicional de qualidade. De “Tribunal da boa-Vontade”, como foi carinhosamente apelidado pelo primeiro Presidente da Corte, Alberto José Tavares Vieira da Silva, quando de sua instalação em 1989, a um tribunal que não mede esforços para garantir o acesso à Justiça a todos os cidadãos brasileiros, levando cidadania ao povo com muita criatividade – mais uma vez o TRF inova e cria o Sistema Integrado de Divulgação Jornalística, um amplo projeto que vai intensificar a comunicação interna e externa no âmbito da 1ª Região.

Com a criação da TV Justiça pelo Supremo Tribunal Federal e do Centro de Produção de Programas para TV pelo Conselho da Justiça Federal em agosto do ano passado, o TRF da 1ª Região, vislumbrando os benefícios dessas experiências bem-sucedidas

para o jurisdicionado, não mediu esforços e investiu em recursos humanos, físicos e materiais, tudo com o objetivo de viabilizar e aperfeiçoar a produção de notícias relativas à Justiça Federal utilizando os diferentes meios de comunicação: rádio, TV, jornal/revista e *Internet*.

Utilizando tecnologia de ponta, o Sistema Integrado de Divulgação Jornalística possibilita a magistrados e servidores o acesso a transmissões ao vivo de canais de rádio, televisão a sessões de julgamento do Plenário, Seções e Turmas, tudo pelo microcomputador via *Intranet*. A implantação desse sistema, desenvolvido pela Assessoria de Comunicação-Ascom/Segep e pela Divisão de Planejamento e Teleprocessamento-Ditel/Secin, está sendo feita por módulos. São três módulos, que estão sendo gradativamente disponibilizados aos usuários, inicialmente no TRF. A expectativa é de que, a partir do segundo semestre deste ano, o projeto seja estendido a todas as Seções Judiciárias da 1ª Região. A possibilidade de expandir o sistema também via *Internet* é grande, e esforços estão sendo envidados para que a novidade esteja disponível no próximo ano.

Comunicação mais ágil



A Ascom tem mais novidades: uma nova página na *Internet*, que vai facilitar e agilizar ainda mais a circulação de notícias do Tribunal para o público interno e externo. Diariamente, as principais notícias do TRF serão lançadas em Rede em forma de *releases*. Um *link* inovador que reporta o usuário à cópia da decisão do magistrado vai garantir a fidedignidade da informação que sai do TRF para a imprensa em geral e para os demais interessados. Um espaço destinado a um mural de fotos virtuais na *Intranet* também estará à disposição do interessado, que poderá selecionar e salvar as fotos de seu interesse. Quem entrar na nova página ainda terá acesso direto à programação ao vivo da TV Justiça. O novo espaço virtual foi desenvolvido pela Divip/Secin, a pedido da Ascom.

Acesse a nova página da Ascom, no endereço www.trf1.gov.br/setoriais/comunicação-social.

ULGAÇÃO JORNALÍSTICA: ações tecnológicas

Desafio no ar – O primeiro módulo, que é a transmissão ao vivo de julgamentos, foi disponibilizado no dia 23 de junho aos servidores do TRF. Por ele, o usuário pode assistir às sessões de julgamento realizadas no âmbito do Tribunal utilizando-se da rede interna da Corte, com imagens nítidas, semelhantes às de uma televisão comum.

No mês de julho, o segundo módulo do Sistema Integrado entrou em funcionamento em caráter experimental. A Rádio Destaque foi ao ar no dia 11/07, com boa música e informações institucionais e do cenário político nacional. Uma programação variada e de bom gosto já está à disposição dos servidores do TRF, também via computador, no período da manhã e da tarde. De segunda a sexta-feira, às 18 horas, é transmitido, via rádio, o programa “Notícias em Destaque”, com os principais acontecimentos da 1ª Região, do Brasil e do Mundo. Notícias urgentes e extraordinárias entram no ar a qualquer momento da programação.

A fim de que todos tenham acesso ao sistema, já está sendo providenciada a compra de placas de vídeo e de som para os micros, além de fones de ouvido para todos os usuários.

O terceiro módulo do projeto – a TV Destaque – foi instalado, também em caráter experimental, no final do mês de agosto. Uma programação recheada de debates, palestras, matérias e vídeos institucionais já está à disposição dos servidores do TRF–1ª Região. As novas tecnologias disponíveis irão levar aos interessados palestras e cursos da Escola da Magistratura Federal da 1ª Região–Esmaf e da área de Recursos Humanos do Tribunal, aprimorando, assim, as atividades de capacitação de pessoal e treinamento. A TV Destaque irá transmitir, ainda, reprises do Programa “Via Legal” – produzido pelo Conselho da Justiça Federal em parceria com os cinco TRFs – programas da TV Justiça, discursos ao vivo e os programas e reportagens produzidos pela Assessoria de Comunicação Social do Tribunal.

Na primeira quinzena de setembro, o TRF vai lançar oficialmente o Projeto, tornando-se o primeiro Tribunal no País a desenvolver tal sistema. O lançamento será marcado pela inauguração do estúdio de rádio e TV construído nas dependências do próprio Tribunal. O espaço dará vazão às produções jornalísticas e editoriais que a Ascom vem desenvolvendo e será fundamental para a viabilidade e sucesso de todo o Sistema Integrado. Vários programas produzidos pela Ascom estão em fase de finalização, entre eles, um programa de entrevistas, um de debates e uma revista eletrônica. Outros dois programas produzidos pela Ascom, que já estão sendo veiculados pela TV Justiça, o “Lições de Direito” e o “Momento Jurídico”, também poderão ser apreciados pelos servidores por meio do computador.



1. Transmissão ao vivo de julgamentos por meio dos micros.
2. Gravações para a Rádio Destaque.
3. Testes no estúdio de TV.



TV Justiça comemora um ano no ar



Há um ano, o Judiciário Brasileiro começou a ser desmistificado. O “jurisdiquês”, como ficou conhecida a linguagem dos profissionais do Direito, de tão difícil entendimento por parte da maioria das pessoas, ganhou um intérprete e cedeu lugar a uma linguagem mais simples e de fácil acesso. Os temas do Direito, sempre tão diversos e complexos, começaram a ficar mais claros para a população depois de serem discutidos e tratados de uma forma didática e objetiva. As relações Judiciário-Povo ficaram mais estreitas; e a comunicação, melhor, mais interativa. Nascia a TV Justiça, criada pelo órgão supremo do Judiciário – o STF –, uma emissora que popularizou o acesso à Justiça.

Idealizada pelo Ministro Marco Aurélio, Presidente do Supremo à época, responsável direto pela insta-

lação da emissora, a TV Justiça superou as adversidades do período da implantação e vem cumprindo a contento seu principal objetivo, que é o de aproximar o Judiciário do cidadão comum.

Hoje, a emissora entra em uma nova fase de sua história, marcada por investimentos em qualidade, novos formatos dos programas e ampliação da cobertura jornalística. Com uma equipe de 60 profissionais e mais de 70 órgãos de justiça, escolas e associações de classe que participam da programação, a TV Justiça, 24 horas no ar, comemora seu primeiro ano com uma nova programação. Algumas das novidades são a estréia do Jornal da Justiça 1ª Edição, de segunda a sexta-feira, com meia hora de duração, e alterações do “Programa Fórum”, que terá edições diárias na nova grade.

Ao longo desse tempo, a TV demonstrou ainda sua preocupação com a qualidade do produto por ela veiculado realizando dois seminários para avaliação, aperfeiçoamento e integração dos profissionais dos órgãos e parceiros envolvidos na operação da emissora. O TRF da 1ª Região, parceiro fiel, compartilha a festa com a equipe da TV Justiça. Desde o início, em agosto de 2002, participou ativamente da programação da emissora com o envio diário de matérias sobre decisões relevantes da Corte para o telejornal e com a expressiva participação dos Desembargadores Federais nos programas de debates e entrevistas. E a criação de Lições de Direito e Momento Jurídico, que já estão na programação, é motivo mais que suficiente para comemorar o sucesso da emissora. A TV Justiça veio para ficar.

Programas produzidos pelos profissionais da Assessoria de Comunicação do TRF-1ª Região para a TV Justiça:

- Lições de Direito – há um ano no ar**
- Momento Jurídico – há três meses no ar**

Programa produzido pela Assessoria de Comunicação do TRF-1ª Região em co-parceria com as Assessorias dos demais TRFs e STJ e com o CJF:

- Via Legal – há um ano no ar**



Confira a nova programação da TV Justiça no endereço www.tvjustica.gov.br.

Veja a TV Justiça nos seguintes canais: NET 10; SKY 29 e DIRECTV 209

Liberação da soja *Roundup Ready*

A Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, relatora da Apelação Cível n. 1998.34.00.027682-0/DF, em que são apelantes a União Federal, Monsanto do Brasil Ltda. e outros, e apelado o IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, proferiu decisão em 7 de agosto passado deferindo concessão de efeito suspensivo às apelações, com base no artigo 14 da lei 7.347/87 e art.30, inciso XXIV do RI/TRF-1ª Região. (Com a decisão da Desembargadora Federal Selene Maria de Almeida, fica suspensa a sentença de 1ª instância que proibia o cultivo e comercialização da soja transgênica).

O IDEC ajuizou Ação Civil Pública contra a União Federal e outras insurgindo-se contra a decisão da CTNBio – Comissão Técnica Nacional da Biossegurança (Comunicado n.54 da CTNBio) que autorizara o cultivo e a comercialização da soja Roundup Ready em escala comercial.

A sentença apelada julgou procedente o pedido do IDEC na Ação Civil Pública, suspendeu a eficácia do parecer técnico conclusivo e condenou a União Federal a exigir a realização de estudo prévio de impacto ambiental, declarou a inconstitucionalidade do inciso XIV do art.2º do Decreto n. 1752/95 e das Instruções Normativas 3 e 10 da CTNBio.

A União Federal e as empresas Monsanto e Monsoy interpuuseram apelação para o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, tendo sido os recursos distribuídos à Quinta Turma.

O julgamento desses recursos teve início em 25 de fevereiro de 2002, com o voto da Relatora favorável às apelantes para o efeito de reformar a sentença apelada. Após o voto da

Relatora dando provimento às apelações, pediu vista dos autos o Desembargador Federal Antônio Ezequiel, que ainda não proferiu o voto.

Sobrestado desde então o julgamento, as empresas Monsanto do Brasil Ltda e Monsoy Ltda apresentaram pedido de concessão de efeito suspensivo às apelações interpostas nos autos da Ação Civil Pública.

As empresas alegaram que, em decorrência do grande lapso temporal decorrido entre o voto proferido pela Relatora até o presente momento, o setor do agronegócio no Brasil e da cadeia alimentar, que representam cerca de 25% do PIB e empregam mais de 30 milhões de pessoas, encontram-se paralisados, por não saber se poderão ou não usar a biotecnologia.

Alegaram que seus centros de pesquisas vêm sendo invadidos pelo Greenpeace, MST, pela ONG ASPTA, que a questão interessa aos produtores e à política de reservas cambiais e que a demora de definição jurídica para o caso, com a suspensão do julgamento, retarda o avanço tecnológico do país, tudo em prejuízo às empresas e à parcela da população que tem na agricultura o seu meio de vida.

A Relatora deferiu o pedido de concessão de efeito suspensivo às apelações da União Federal e das empresas Monsanto e Monsoy, adotando os fundamentos expendidos no seu voto já proferido, segundo o qual as pesquisas científicas dos órgãos internacionais (FAO, OMS, Royal Society, Codex, Alimentarius) atestam a sanidade da soja Roundup Ready para o consumo humano, animal e para o meio ambiente.

Em sua decisão concessiva do efeito suspensivo, a Relatora ressaltou que

as questões de índole mercadológica relacionadas a direitos de propriedade industrial e patenteabilidade de conhecimentos genéticos, medidas que neutralizem possível monopólio porque estes são critérios que influenciam a elaboração de políticas econômicas, mas não são os usados pelas ciências naturais para examinar os perigos ou benefícios de um produto OGM.

A Relatora também considerou ilegítimo o uso de atos de vandalismo para impedir a pesquisa em prol da economia e do homem do campo, ainda mais que a Constituição de 1988 já adota as áreas da ciência e da tecnologia como instrumentos para o desenvolvimento econômico e social do país (art. 218, 219 e 255 da CF/88).

Finalmente, a decisão declarou que a proibição judicial quanto ao plantio e à comercialização da soja Roundup Ready, sem razão jurídica ou científica, faz com que, pela sexta safra consecutiva, o consumidor adquira soja transgênica sem saber, pois não há rotulagem.

Por isso, levando em consideração que a autorização do Comunicado n. 54 da CTNBio transcende o interesse dos apelantes, pois trata de questões que dizem respeito ao desenvolvimento de técnicas agrícolas para o desenvolvimento sustentável do país, a competitividade do Brasil no mercado internacional de commodities, o avanço na área da pesquisa científica para a redução dos custos da produção agrícola com a diminuição do uso de agrotóxicos e o direito do consumidor à informação, a Relatora reputou relevantes os fundamentos do pedido para a concessão do efeito suspensivo.

AC 1998.34.00.027682-0/DF

Conflitos: O que eu tenho a ver com eles? - parte 1

Nádia B. da Cruz Santana. Psicóloga, psicodramatista e psicoterapeuta. Encarregada do Setor de Recrutamento, Seleção e Colocação de Pessoal

Quantas vezes, você, leitor, já percebeu, tarde demais, que poderia ter agido diferente em uma determinada situação ou se surpreendeu com uma reação sua? Quantas vezes você viu pessoas complicando um problema de relacionamento ao invés de solucioná-lo?

Os conflitos são inerentes aos relacionamentos sociais e, queiramos ou não, uma hora teremos que enfrentá-los. Quanto mais cedo identificar o conflito e agir sobre ele, melhores as chances de uma resolução efetiva. Lidar com conflitos não é uma tarefa fácil, mas, felizmente, é algo que pode ser aprendido. Esse processo de aprendizagem envolve (1) conhecer os tipos de conflitos; (2) perceber emoções e sentimentos envolvidos em uma situação e (3) escolher ação para resolver o conflito compatível com o tipo diagnosticado. Para abordar o assunto, observemos as duas situações de trabalho descritas a seguir.

1. Joana e Margarida são duas amigas que trabalham juntas há muitos anos. O contato entre elas se dá com respeito, sinceridade e admiração mútua. Ultimamente, embora trabalhem na mesma sala, permanecem fisicamente afastadas por longos períodos devido às exigências do trabalho que estão desenvolvendo. Certo dia, Joana estava em uma reunião, e Margarida deixou de atender a uma pessoa, por ser tarefa da Joana. No passado, as duas já haviam atendido a público uma da outra. Situações geradoras de mágoa como essa vêm se acumulando, sem que tenha havido oportunidade para esclarecê-las.

Analisemos alguns dos indícios dessa situação:

- O relacionamento de Joana e Margarida já foi bom no passado.
- As amigas relacionavam-se com sinceridade, o que leva a crer que não existiam características pessoais que causassem aversão uma a outra, o que impediria o vínculo de amizade.
- A distância física é uma barreira à comunicação e pode levar a mal-entendido sobre aspectos triviais do dia-a-dia e a expressão de sentimentos em hora não apropriada.
- A mágoa é um sentimento relacionado

ao vínculo entre as pessoas, à frustração em relação a alguma expectativa.

Diante desse quadro, o que chama mais atenção não é o relacionamento de cada pessoa consigo mesma, mas o que está acontecendo entre elas.

2. Adalberto solicita a Henrique, seu subordinado, a correção de alguns erros em um documento que

será assinado pelo Diretor-Geral. Henrique fez as correções, porém esqueceu de uma que não havia sido anotada. Quando da assinatura, o erro foi detectado e houve a solicitação da alteração, sem que houvesse nenhuma crítica sobre o ocorrido. Adalberto, entretanto, que é uma pessoa muito perfeccionista, sente-se extremamente incomodado quando há algum erro em seu trabalho e, naquele momento, sentiu muita raiva de Henrique por não ter feito as correções devidas.

Das inúmeras possibilidades de desfechos para essa situação, examinaremos duas:

2.1 Na primeira possibilidade, Adalberto, ao retornar à unidade, “descarrega” sua raiva em Henrique, brigando com ele de forma humilhante e na frente de outras pessoas.

Examinemos alguns dos indícios relativos a essa possibilidade:

- O dirigente, independente da pessoa com quem está se relacionando, sente raiva quando percebe que deixou passar um erro.
- O dirigente demonstrou dificuldade para lidar com suas próprias emoções.
- A necessidade de extravasar a raiva foi tão grande, que o dirigente não teve capacidade de se colocar no lugar do servidor para avaliar a consequência de sua ação.

Neste caso, embora o problema tenha ocorrido na relação com outra pessoa, o que merece cuidado imediato é a relação do Adalberto consigo mesmo.

2.2 Na segunda possibilidade, Adalberto controla sua raiva, chama Henrique para conversar em local reservado, entretanto, é inábil na forma de fornecer *feedback*.

Vejamos, então, a análise de alguns indícios dessa segunda possibilidade de resposta para a situação dois:

- O dirigente, independente da pessoa com quem está se relacionando, sente raiva quando percebe que deixou passar um erro.
- O dirigente apresentou adequada capacidade de contenção da sua raiva.
- Houve preocupação em escolher ambiente físico adequado para fornecer *feedback*.

➤ Houve preocupação em evitar a interferência de outras pessoas.

➤ Faltou habilidade na forma da expressão oral do problema e suas conseqüências.

Nesta possibilidade, apesar da influência de seu mundo interno, Adalberto apresentou suficiente controle emocional e demonstrou adequado entendimento da forma de lidar com situações-problema, faltando-lhe, apenas, aprimorar a expressão oral.

Essas duas possibilidades de resposta para a situação 2 ilustram o aspecto que talvez seja o maior diferencial entre o homem e os demais animais, que pode ser expresso na frase: entre o estímulo e a resposta, o homem tem a liberdade de escolha.

Passemos agora, a fim de completar o primeiro passo do processo de aprendizagem – a identificação do foco de conflito nas situações – ao exame das situações anteriores com base no conjunto de conceitos que estou desenvolvendo sobre o conflito, demonstrado no diagrama a seguir.

Como ilustrado na figura, no eixo vertical “relacionamento”, o conflito pode ser pessoal ou grupal e no eixo horizontal “ambiente”, o conflito pode ser interno ou externo. As interseções irão denotar os tipos de conflito: 1 (pessoal/interno), 2 (pessoal/externo), 3 (grupal/interno) e 4 (grupal/externo).

O conflito intrapessoal está relacionado mais diretamente com a pessoa, com o seu mundo interno, e costuma acontecer mesmo nos relacionamentos com pessoas diferentes. Ex.: “*eusempre fico com vergonha quando tenho que falar de mim*”. Esse tipo de conflito vai expressar o nível de maturidade do indivíduo para atuar em determinada situação. Na situação 2.1, o conflito ocorreu no *relacionamento* pessoal, uma vez que envolveu apenas duas pessoas. No que se refere ao *ambiente*, o problema é interno. Tem-se, portanto, um conflito tipo 1 – intrapessoal.

No conflito interpessoal, o foco está no vínculo entre as pessoas. Ex.: “*eu não sei como dizer para fulano que a qualidade do seu trabalho não está boa*”. No aspecto do inter-relaciona-

mento, todas as dificuldades inerentes ao processo de comunicação podem ser geradoras de conflitos. Muitos conflitos nascem de pequenos mal-entendidos. A situação 1 e a 2.2 estão enquadradas no conflito interpessoal, uma vez que, embora possa haver dificuldades para lidar com características internas, o que desperta mais atenção no momento é o *vínculo* entre as pessoas, isto é, ocorre no *relacionamento* pessoal e no *am-*



biente externo, caracterizando conflito tipo dois.

Nas relações de trabalho, o conflito **intragrupal** é aquele que envolve uma unidade administrativa inteira ou um sub-grupo dessa unidade. Neste contexto é muito importante o sentimento de pertencer ao grupo. O foco do conflito é o conjunto, e não as pessoas isoladas. Ex.: *“nossa equipe sabe fazer bem o trabalho, eu não entendo porque não estamos conseguindo atingir nossas metas”*. Nessa esfera relacional, sentimentos como o ciúme e a inveja apresentam a sua potencialidade máxima. A probabilidade de ocorrência dos problemas de comunicação fica aumentada. Os jogos de disputa, os boatos, as fofocas afloram.

Na esfera **intergrupar** de conflito, o problema acontece dentro das organizações, entre unidades distintas, que podem ser gabinetes, secretarias, setores etc. Ex.: *“vamos arrumar outra forma de resolver esse problema, porque se formos depender da unidade tal, nós nunca teremos colaboração”*. As barreiras à comunicação, a busca da excelência, a briga desleal pelo poder, a quebra de comportamento ético levam a situações relativas ao quarto tipo de conflito.

Note que os tipos ou esferas de ocorrência dos conflitos são classificados de acordo com o **foco da atenção** em determinado momento, embora todas as esferas mantenham uma intrincada relação entre si. O mundo interno da pessoa, por exemplo, ao mesmo tempo em que atua no ambiente externo, formando-o, também se forma pela interação com o exterior. Tem-se, portanto, uma relação dual na formação dessas esferas.

Resalta-se que, embora estejamos tratando das **dificuldades** inerentes às situações conflituosas, os conflitos também têm suas funções construtivas. Fela Moscovici, no livro “Desenvolvimento Interpessoal: Treinamento em grupo”, afirma: “de um ponto de vista amplo, o conflito tem muitas funções positivas”. Ele previne a estagnação decorrente do equilíbrio constante da concordância, estimula o interesse e a curiosidade pelo desafio da oposição, descobre os problemas e demanda sua resolução. Funciona, verdadeiramente, como a raiz de mudanças pessoais, grupais e sociais.

O importante, então, não é a total ausência de conflitos, de resto uma situação impossível, mas a obtenção de recursos que permitam gerenciá-los de forma adequada e evitá-los, quando possível e desejável.

Nos exemplos explorados neste texto, os sentimentos envolvidos nas situações foram explicitados para o leitor. Entretanto, identificá-los, no momento de sua ocorrência, é a segunda dificuldade no caminho do aprendizado para lidar com os conflitos. Na parte 2 deste artigo, a ser publicada na próxima edição, apresentarei parâmetros que subsidiarão a identificação das emoções e sentimentos.

Jurisprudência dos JEFs



Instalados na Justiça Federal no ano de 2002, os Juizados Especiais Federais, juntamente com suas Turmas Recursais, surgiram como mais uma alternativa do Judiciário Federal Brasileiro de obter uma prestação jurisdicional mais célere e eficaz. E, para levar uma Justiça ainda mais rápida aos cidadãos, foi criado o Juizado Especial Federal Virtual. Por meio dele, toma-se conhecimento das decisões proferidas pelas Turmas Recursais.

O interesse das pessoas em conhecer os julgamentos feitos pelas Turmas fez os JEFs, mesmo em condições insuficientes, disponibilizarem um tipo de serviço próprio do Tribunal Regional

Federal da 1ª Região: a consulta à própria jurisprudência. Esse sistema virtual de consultas, que apenas o TRF-1ª Região possui, sofreu modificações em sua formatação. Agora, até a pessoa mais leiga poderá fazer a sua consulta de maneira mais simples. O novo sistema disponibiliza a consulta à jurisprudência, e não à tramitação processual, de uma forma muito mais ampla. Pode-se ter sucesso na busca informando apenas o objeto, ou o relator, ou a data do julgamento, ou o órgão julgador. A consulta é feita pela *Internet*, no site: www.trf1.gov.br

Mais informações na próxima edição.

Segurança para todos

O I Curso de Formação de Auxiliar Brigadista foi encerrado com sucesso. No total, foram formados, aproximadamente, 125 Auxiliares de Brigada, número que superou as expectativas dos organizadores do projeto, batizado como Brigada de Voluntários; e um fato importante a ser mencionado é que a sua extensão não se limitou apenas ao Tribunal.

Além das turmas constituídas por servidores da Casa, uma turma especial foi formada exclusivamente para servidores das Seções Judiciárias da Primeira Região. Ocorrida no período de 09 a 11 de julho, a turma contou com a presença de representantes da área de segurança de cada seccional, ao todo 15 participantes.

A idéia de formar essa turma, segundo o chefe da segurança, Agnaldo Dias de Souza, veio com a percepção da carência na área do conhecimento de prevenção a incêndios junto às seccionais, assim havendo a necessidade de transmitir esses conhecimentos aos responsáveis pela segurança. Agnaldo afirma, ainda, que só foi possível formar a turma com o total apoio da administração da Casa, proporcionando a estada na ENAP (Escola Nacional de Administração Pública), e a refeição, servida no restaurante do Tribunal, aos participantes. As passagens aéreas foram custeadas por cada

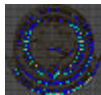
estado.

Para Renier Castro de Queiroz, que trabalha na área de segurança da seccional do estado do Amazonas, o curso foi proveitoso pela aquisição de conhecimentos relativos à prevenção, que já estão sendo usados, até porque no seu estado, como nos demais, há uma carência nesse sentido.

A Diseg, coordenadora do projeto, pretende neste semestre formar novas turmas e planeja, juntamente com o Comando de Operações do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, a primeira participação dos recém-formados numa operação simulada de incêndio e abandono, em um dos edifícios do Tribunal.

A segurança por meio da obtenção de conhecimentos de sobrevivência, socorro e autocontrole em situações de emergência tem sido a tônica do curso e parte do cotidiano dos servidores do Tribunal e das seccionais.





Encontro discute qualidade de vida

Nos dias 23 e 24 de junho, o TRF-1ª Região foi sede do III Encontro de Capacitação dos Comitês Gerenciais do **Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho**. O evento reuniu Coordenadores do Programa na Primeira Região, com o objetivo de discutir as novas tendências de gestão pessoal e organizacional de qualidade de vida e trocar experiências em relação à prática de técnicas já utilizadas.

Uma mensagem de boas-vindas a todos os participantes proferida pelo Diretor-Geral Alcides Diniz abriu o primeiro dia do evento, e, na ocasião, estiveram presentes a Diretora da Secbe e Coordenadora-Executiva do PGQVT, Sônia Maria Garcez Teixeira, e Ruth Maria Cruz Vaz, Diretora da Diben e Coordenadora-Operacional do Programa em Brasília.

Seguindo a programação elaborada para o Encontro, Ruth Maria Vaz apresentou aos Comitês locais os trabalhos desenvolvidos pelo Tribunal, entre eles, o Programa de Prevenção de Riscos Cardiovasculares, o Programa de Bem com a Vida e o Programa de Gestão de Talentos Internos coordenados respectivamente pelos servidores Iracy Borges, Maria Angela Rocha Paes, José Carlos Viana e Nádia Santana. Na oportunidade, os representantes das seccionais apresentaram os projetos que estão sendo executados nas localidades. A servidora da SJ do Piauí, Ana Flávia Madureira, exibiu um filme com os trabalhos desenvolvidos pelo Comitê local; a seccional mineira apresentou alguns de seus projetos, entre eles o Banco de Doadores de Sangue; e a Seção Judiciária amazonense exibiu vídeo retratando a situação local. Ao final das apresentações, a Coordenadora da SJ/DF sugeriu que fosse elaborado um vídeo institucional do PGQVT reunindo os trabalhos desenvolvidos pelas seccionais de toda a Primeira Região.

O Gerenciamento dos Recursos Financeiros – centralização ou descentralização – foi um dos assuntos discutidos pelo grupo; na ocasião, de forma unânime, os participantes optaram

pela centralização dos recursos junto ao Tribunal, em virtude do excesso de tarefas executadas pelos coordenadores dos comitês locais e dos inúmeros cálculos exigidos por lei (IRPF, IAPAS, ISS, CPCI). Foram estabelecidos prazos para apresentação dos cronogramas financeiros do 2º semestre de 2003 e do ano de



Coordenadores do PGQVT e dirigentes da Casa reunidos para participar do Encontro

2004. Visando à elaboração de um novo Plano de Ação, será realizado um diagnóstico organizacional para levantar a situação atual de cada seccional. Foi sugerido, ainda, que no ano de 2004 será dada continuação às ações do biênio 2002/2003 e que, para o plano do biênio 2004/2005, serão implementadas, no mínimo, dez; e no máximo, 15 novas ações.

Prevendo-se a instituição do Prêmio de Qualidade de Vida e Trabalho da Primeira Região ao final deste exercício, os participantes sugeriram quesitos para que cada seccional concorresse à premiação. Com base nos trabalhos apresentados, por meio de auto-avaliação, as

Seções Judiciárias do PI, DF e RO foram eleitas pelos participantes as “Seccionais-Destaques” em razão das atividades desenvolvidas até o momento.

Durante os dias de evento foram abertos espaços para que a Qualidade de Vida fosse colocada em prática. Os integrantes assistiram aos filmes “Mas, eu não tenho tempo” e “O problema não é meu”, de curta duração, com o objetivo de proporcionar reflexão a respeito da otimização do tempo e da importância do compromisso pessoal de cada um junto ao desenvolvimento dos trabalhos em equipe. No espaço antiestresse, receberam massagem expressa e praticaram atividades de energização, bem como participaram de dinâmicas de grupo, de 15 minutos, aplicadas pelo representante do Comitê de Rondônia, e de alongamento corporal, pela massoterapeuta Patrícia Rehem. Os momentos musicais dos Talentos da Casa foram conduzidos pela voz e violão do servidor do Comitê de Goiás, Luís Alberto Freitas Faria.

O encerramento do evento aconteceu no auditório do Edifício Anexo I, e, no final da tarde, a psicóloga Elizabet Garcia Campos, presidente do Instituto Brasileiro de Qualidade de Vida-IBQV, ministrou a palestra aberta ao público “Gestão Pessoal da Qualidade de Vida: Buscando a Excelência”.

No dia 04 de julho, o Diretor-Geral Alcides Diniz esteve reunido com membros do PGQVT, recebendo o relatório das atividades realizadas durante o III Encontro. Segundo o Diretor, o momento representou uma oportunidade de integração entre servidores do TRF e das Seções Judiciárias e, por isso, ele apoiará a realização de novos encontros. Como proposta, sugeriu que a coordenação-central do Comitê realizasse visitas em todas as seccionais para identificar de perto as particularidades de cada local e, assim, traçar as novas ações do Programa.

Sistema Processual: inovação na 1ª Instância



No dia 04 de julho foi finalizada a implantação do Sistema Processual de Primeira Instância, que atende as catorze Seções Judiciárias e as sete Subseções que compõem a 1ª Região. Utilizando tecnologia Oracle, o Sistema é constituído por 21 bancos de dados e integra mais de 6.000 usuários. Seu funcionamento aposentou o antigo sistema, o qual utilizava a plata-

forma MUMPS.

O Sistema Processual foi desenvolvido com objetivo de agilizar a elaboração e pesquisa de processos. Por meio dele, é possível manter um controle rigoroso das diversas etapas da movimentação processual. O servidor Gustavo Sanches, lotado na Secin/Disis, que faz parte da equipe que desenvolveu o sistema, assinala a prin-

cipal vantagem do Processual: “O cerne deste sistema está em sua capacidade de acesso a um grande volume de informações. Com ele se torna simples gerar relatórios e estatísticas precisas, o que facilita amplamente o controle do trâmite processual”.

Confira abaixo, algumas soluções que auxiliam o dia-a-dia dos usuários do Processual:

- **Flexibilidade:** anteriormente as impressões de relatórios e outros documentos somente poderiam ser feitas na impressora que estivesse diretamente conectada à máquina em uso. O Sistema Processual permite a seleção de qualquer impressora ligada à rede;

- **Busca de processos:** além de ser auto-explicativo, o Processual possui várias opções de pesquisa. Assim, para fazer uma consulta eficaz, o usuário pode inserir dados como o tipo de parte, o CPF, o número do processo, a vara onde tramita, entre outros;

- **Economia:** pelo sistema antigo não era possível visualizar a impressão no monitor, isso acarretava erros e desperdícios de tinta e papel. Com o Processual, o usuário pode visualizar todo o procedimento e definir os ajustes adequados para a impressão;

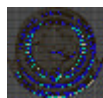
- **Visualização:** o antigo sistema exibia um *layout* formado por caracteres. O Processual conta com o modo gráfico de visualização, que facilita bastante a navegação;

- **Compatibilidade com o sistema operacional:** todas as teclas de atalho e função seguem o padrão *Windows*;

- **Integração plena com a intranet do TRF.**

Ao longo do período de implantação do Sistema Processual de 1ª Instância, que durou dois anos, a equipe da Informática realizou treinamentos com os servidores das Seções e Subseções Judiciárias. Ao todo, mais de 1.000 usuários da 1ª Região estão habilitados a acessar o atual *software*.

Contando com o competente trabalho desempenhado pela Secretaria de Informática, o TRF-1ª Região pretende cada vez mais promover a integração das atividades das Seções Judiciárias.



Regulamento do Pro-Social é tema de reunião

O encontro do Pro-Social de toda a Primeira Região, realizado em junho deste ano, no salão nobre do TRF, teve como um dos objetivos o debate do novo Regulamento Geral (Resolução N. 670-006, de 04/06/2003).

A seguir é apresentada uma comparação entre a versão anterior (Resolução N. 020/2000) e a atual, e tabela de contribuição em vigor:

| ASSUNTO | ANTERIORMENTE | ATUALMENTE | JUSTIFICATIVA |
|---|---|---|--|
| Pais | Possibilidade de inscrição dos pais com somatório de renda do casal até dois salários-mínimos. | Fixado percentual de participação financeira para o beneficiário titular nas despesas com genitores. Mantido o limite de renda para o casal e estabelecido que, no caso de pais separados judicialmente, o limite de dois salários-mínimos de renda mensal exigido é individual. | |
| Tratamento Fora do Domicílio – TFD | O Regulamento anterior subdividia a Assistência à Saúde Fora do Domicílio em três modalidades: Tratamento Fora do Domicílio e Atendimento Médico-Hospitalar Fora do Domicílio I e II. | A Assistência é denominada apenas de Tratamento Fora do Domicílio e subdividida em duas modalidades: quando esgotados os meios de tratamento na localidade do domicílio; nas patologias graves que necessitem de atendimento especializado e altamente qualificado. | Melhor conceituação do TFD, tendo em vista que, na prática, ficou claro que a assistência fora do domicílio resume-se em apenas um tipo de tratamento, porém com duas modalidades. |
| Despesas com Transporte e Hospedagem | O Regulamento previa a possibilidade de auxílio ou cobertura das despesas com diárias, deslocamento e ajuda de custo, quando da realização do TFD, na forma a ser regulamentada. | O Pro-Social poderá auxiliar na cobertura das despesas com transporte e hospedagem, mediante reembolso, de acordo com as condições sócio-econômicas do beneficiário titular, na forma a ser regulamentada. Estabelece, ainda, a possibilidade do reembolso ser estendido às despesas de um acompanhante, quando o paciente for menor de idade ou maior de 60 anos e quando o paciente for portador de doença incapacitante, indicando ainda, o meio ao caso: terrestre, aéreo ou UTI. | Tornar mais clara a forma de auxílio que poderá ser prestado pelo Programa, excluindo a previsão de pagamento de diárias ou ajuda de custo. Estipular a possibilidade de despesas com acompanhamento para casos específicos. |
| Remoção em UTI Aérea | A remoção do paciente em UTI não estava prevista no Regulamento. | Contratação pelo programa de remoção especializada – UTI aérea ou terrestre, nos Tratamentos Fora do Domicílio-TFD, mediante participação do beneficiário titular nos custos do transporte (50% na UTI aérea). Caberá à Administração do Programa, conforme parecer da Junta Médica do Tribunal, a indicação do meio de transporte adequado ao deslocamento do paciente. | A remoção do paciente em UTI aérea é necessária em alguns casos de TFD. Entretanto, trata-se de serviço especial e extremamente oneroso, e o custeio previsto representará a recuperação de parte do dispêndio efetuado pelo Programa. |
| Autorização para casos de risco de vida. | O Regulamento dispunha que, em casos de risco de vida, a assistência fora do domicílio poderia ser concedida imediatamente, <i>ad referendum</i> do Conselho Deliberativo, sem estabelecer competências. | Dispõe que, em caso de emergência, o benefício poderá ser autorizado pelo Presidente do Tribunal, <i>ad referendum</i> do Conselho Deliberativo, podendo essa competência ser delegada a dois outros membros do Conselho em conjunto com o Diretor do Serviço Médico. Fixa ainda que as situações de urgência serão definidas pela Junta Médica do Tribunal. | São frequentes os casos de beneficiários com patologias graves, inclusive em risco de vida, que necessitam de Tratamento Fora do Domicílio – TFD em caráter de urgência e, por esse motivo, não podem aguardar a reunião do Conselho Deliberativo. |
| Plano de Aplicação Anual – PAA e Reserva Financeira. | A elaboração de plano de aplicação e regulamentação da reserva financeira não estavam previstas no Regulamento. | Criação do PAA: instrumento de programação das ações desenvolvidas pelo Programa, mediante estabelecimento de metas e prioridades para cada exercício. Regulamentação da reserva financeira do Programa, subdividindo-a em Emergencial e Técnica. | Nortear as atividades e decisões da Administração do Programa e disciplinar a utilização dos saldos financeiros, de forma a ampliar a segurança e transparência na gestão dos recursos, garantindo o equilíbrio financeiro e a continuidade da prestação dos serviços. |
| Auxílio-Medicamento | O regulamento previa a cobertura parcial pelo Programa, sob a forma de reembolso, das despesas com material e medicamentos de alto custo, para beneficiários portadores de doenças graves, crônicas ou degenerativas. | Cobertura, parcial ou integral, das despesas com medicamentos de alto custo, de uso contínuo, indispensáveis ao tratamento de doenças crônicas e graves ou degenerativas, em tratamento hospitalar, ambulatorial ou domiciliar, na forma a ser regulamentada em norma complementar. | Os estudos efetuados pela Secbe em programas semelhantes demonstraram a necessidade de reformulação do auxílio, não só devido aos custos diretamente envolvidos, mas também em face das dificuldades de operacionalização e controle, sobretudo se consideradas a extensão geográfica da Primeira Região e suas características peculiares. O sistema atual proporciona, indiretamente, uma economia com despesas hospitalares, já que muitos pacientes optavam pelo regime de internação hospitalar para assegurar a cobertura da despesa com o medicamento indicado. |

| | | | | | | | | | | |
|-----------------------|------------|-------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------|
| Faixa Salarial | até 840,00 | 840,01 a 1.680,00 | 1.680,01 a 2.520,00 | 2.520,01 a 3.360,00 | 3.360,01 a 4.200,00 | 4.200,01 a 5.040,00 | 5.040,01 a 5.880,00 | 5.880,01 a 6.720,00 | 6.720,01 a 7.560,00 | + de 7.560,00 |
| Valor da Contribuição | 52,00 | 79,00 | 131,00 | 184,00 | 236,00 | 289,00 | 341,00 | 394,00 | 446,00 | 472,00 |

Secretaria de Programas e Benefícios Sociais–SECBE

Quadro I

Aplicação dos Recursos do Pro-Social por Benefício

(Dados até 30/06/03)

R\$ 1,00

| Benefícios | Valor | | |
|--|----------------------|---------------------|----------------------|
| | União | Recursos Próprios | Total |
| I - Despesas Área Social | | | |
| 1 - Auxílio Alimentação | 13.514.621,00 | | 13.514.621,00 |
| 2 - Creche | 1.725.359,00 | | 1.725.359,00 |
| 3 - Auxílio Transporte | 438.537,00 | | 438.537,00 |
| 4 - Material Escolar | | 237.360,00 | 237.360,00 |
| 5 - Programa Qualidade de Vida | | 58.077,86 | 58.077,86 |
| Subtotal I | 15.678.517,00 | 295.437,86 | 15.973.954,86 |
| II - Despesas Médicas | | | |
| 1 - Consultas | 690.927,27 | 585.140,18 | 1.276.067,45 |
| 2 - Exames Laboratoriais | 449.130,52 | 380.364,66 | 829.495,18 |
| 3 - Exames Radiológicos | 407.441,42 | 345.058,53 | 752.499,95 |
| 4 - Internações | 1.750.941,99 | 1.482.857,26 | 3.233.799,25 |
| 5 - Psicologia | 229.012,10 | 193.948,31 | 422.960,41 |
| 6 - TFD | - | 70.677,00 | 70.677,00 |
| 7 - Outras | 949.952,51 | 804.508,91 | 1.754.461,42 |
| Subtotal II | 4.477.405,81 | 3.862.554,85 | 8.339.960,66 |
| III - Despesas Odontológicas | | | |
| 1 - Dentisteria | 288.488,54 | 244.318,39 | 532.806,93 |
| 2 - Prótese Dentária | 396.324,33 | 335.643,56 | 731.967,89 |
| 3 - Periodontia | 76.707,93 | 64.963,27 | 141.671,20 |
| 4 - Radiologia | 77.263,79 | 65.434,02 | 142.697,81 |
| 5 - Endodontia | 48.915,20 | 41.425,85 | 90.341,05 |
| 6 - Outras | 193.437,40 | 163.820,42 | 357.257,82 |
| Subtotal III | 1.081.137,19 | 915.605,51 | 1.996.742,70 |
| IV - Despesas Área Administrativa | | | |
| 1 - Fenaserjus | - | 1.088.042,02 | 1.088.042,02 |
| 2 - Seguro de Vida | - | 179.627,59 | 179.627,59 |
| 3 - Passagens e Hospedagem | - | 31.673,62 | 31.673,62 |
| 4 - Outras | - | 37.857,28 | 37.857,28 |
| Subtotal IV | - | 1.337.200,51 | 1.337.200,51 |
| Total Geral | 21.237.060,00 | 6.410.798,73 | 27.647.858,73 |

Fonte: Divaf e Sepla

obs:

Outras médicas: fisioterapia, fonoaudiologia, pequeno ato médico e cirurgico, nefrologia, diagnóstico e terapia, endoscopia, quimioterapia, medicina nuclear, alergologia, psiquiatria, acupuntura.

Outras odontológicas: consulta, odontopediatria, radiologia, cirurgia, endodontia, prevenção.

Outras administrativas: medicamentos e materiais médicos, materiais odontológicos, carteiras Aliança Unimed, manutenção de convênios, material de expediente, Inss autônomos.

Programa de Assistência aos servidores do TRF–1ª Região Demonstrativo de receitas e despesas (2003)

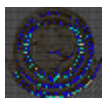
| MÊS | UNIÃO | | | | RECURSOS PRÓPRIOS | | | | | | | |
|-------------------|----------------|----------------------|---------------------|---------------------|-------------------|---------------------|-------------------|-------------------|-------------------|----------------------|---------------------|---------------------|
| | SALDO ANTERIOR | RECEITAS | DESPESAS | SALDO | SALDO ANTERIOR | RECEITAS | | | | DESPESAS | SALDO | |
| | | | | | | CONTRIBUIÇÃO | PARTICIPAÇÃO | RENDIMENTOS | OUTRAS | | | TOTAL |
| Saldo Dez/02 | | 418.052,00 | | 418.052,00 | | | | | | 5.987.133,79 | | 5.987.133,79 |
| jan/03 | 418.052,00 | 11.325.600,00 | 435.281,00 | 11.308.371,00 | 5.987.133,79 | 945.570,39 | 62.738,09 | 92.071,35 | 29.295,95 | 1.129.675,78 | 1.115.653,40 | 6.001.156,17 |
| fev/03 | 11.308.371,00 | | 916.321,00 | 10.392.050,00 | 6.001.156,17 | 1.041.386,35 | 53.739,23 | 100.203,05 | 25.471,83 | 1.220.800,46 | 922.022,41 | 6.299.934,22 |
| mar/03 | 10.392.050,00 | | 930.141,00 | 9.461.909,00 | 6.299.934,22 | 988.767,58 | 53.609,23 | 98.796,33 | 35.918,48 | 1.177.091,62 | 1.209.018,44 | 6.268.007,40 |
| abr/03 | 9.461.909,00 | | 994.827,00 | 8.467.082,00 | 6.268.007,40 | 998.393,81 | 50.325,51 | 101.840,43 | 29.958,90 | 1.180.518,65 | 1.275.951,77 | 6.172.574,28 |
| mai/03 | 8.467.082,00 | | 1.198.247,00 | 7.268.835,00 | 6.172.574,28 | 999.255,53 | 52.816,91 | 123.496,13 | 27.135,98 | 1.202.704,55 | 1.077.548,01 | 6.297.730,82 |
| jun/03 | 7.268.835,00 | | 1.083.729,00 | 6.185.106,00 | 6.297.730,82 | 1.212.557,96 | 46.568,63 | 112.326,06 | 29.369,26 | 1.400.821,91 | 810.604,70 | 6.887.948,03 |
| jul/03 | | | | - | | | | | | | | - |
| ago/03 | | | | - | | | | | | | | - |
| set/03 | | | | - | | | | | | | | - |
| out/03 | | | | - | | | | | | | | - |
| nov/03 | | | | - | | | | | | | | - |
| dez/03 | | | | - | | | | | | | | - |
| TOTAL 2003 | | 11.743.652,00 | 5.558.546,00 | 6.185.106,00 | | 6.185.931,62 | 319.797,60 | 628.733,35 | 177.150,40 | 13.298.746,76 | 6.410.798,73 | 6.887.948,03 |

Fonte: Recursos União – Sepla; Recursos Próprios – Divaf.

Obs 1: O "Saldo de Dez/02" corresponde ao saldo em 31/12.

Obs 2: Recursos Próprios: "Rendimentos" = Aplicações em CDB e Fundos; Outros = Seguro de Vida, Devolução de DOC's, Patrocínios, etc...

Obs 3: As despesas da União não incluem o Auxílio Alimentação, Creche e Auxílio-Transporte.



Estatística da Assessoria de Recursos Especiais e Extraordinários da Presidência

| — JULHO 2003 — | |
|--|--------------|
| Recurso Extraordinário Admitido | 143 |
| Recurso Especial Admitido | 482 |
| Recurso Extraordinário Não Admitido | 265 |
| Recurso Especial não Admitido | 446 |
| Despachos Diversos | 211 |
| Decisão em Plantão | 1 |
| Despacho em Plantão | |
| Suspensão de Segurança Deferida | 4 |
| Suspensão de Segurança Indeferida | 1 |
| Despacho Diverso em Susp. de Segurança | 2 |
| Decisão Diversa em Susp. de Segurança | |
| TOTAL | 1.555 |

* Dados fornecidos pela Asret

| ESTATÍSTICA DA VICE-PRESIDÊNCIA — JULHO 2003 — | |
|---|------------|
| Recurso Extraordinário Admitido | 38 |
| Recurso Extraordinário não Admitido | 21 |
| Recurso Especial | 61 |
| Recurso Especial não Admitido | 91 |
| Despachos Diversos | 1 |
| TOTAL | 212 |

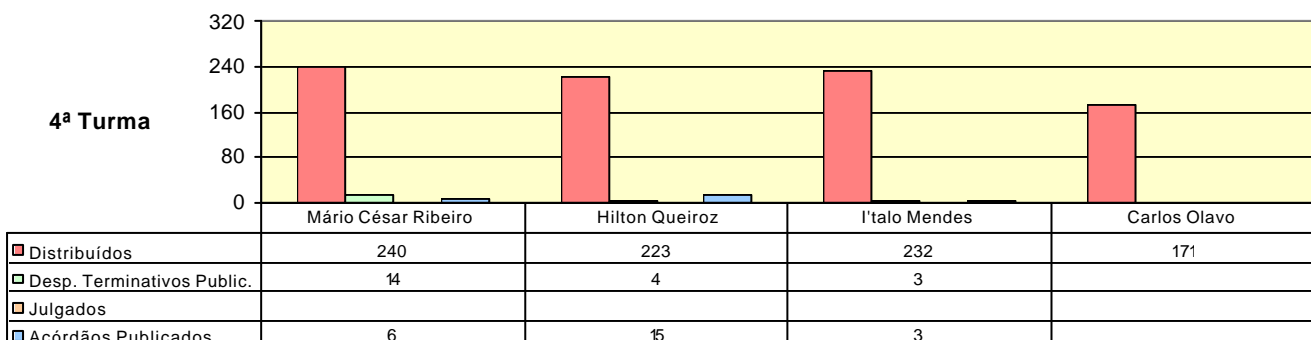
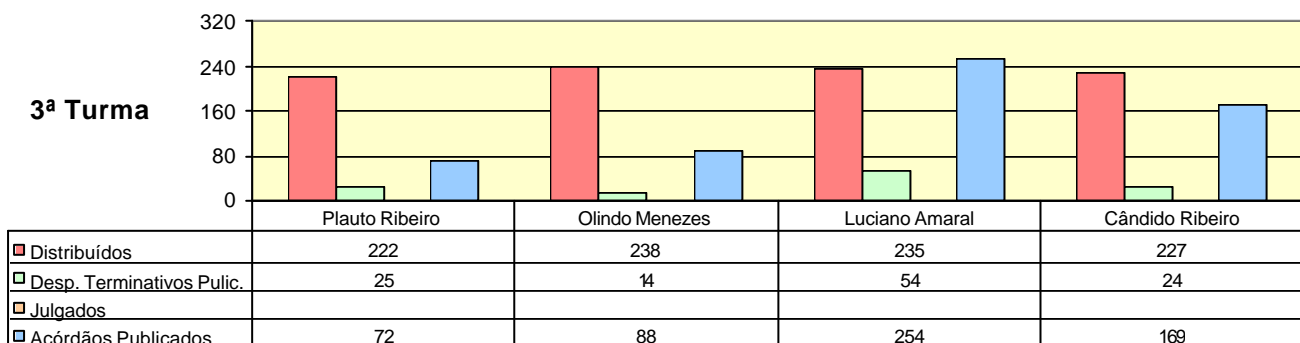
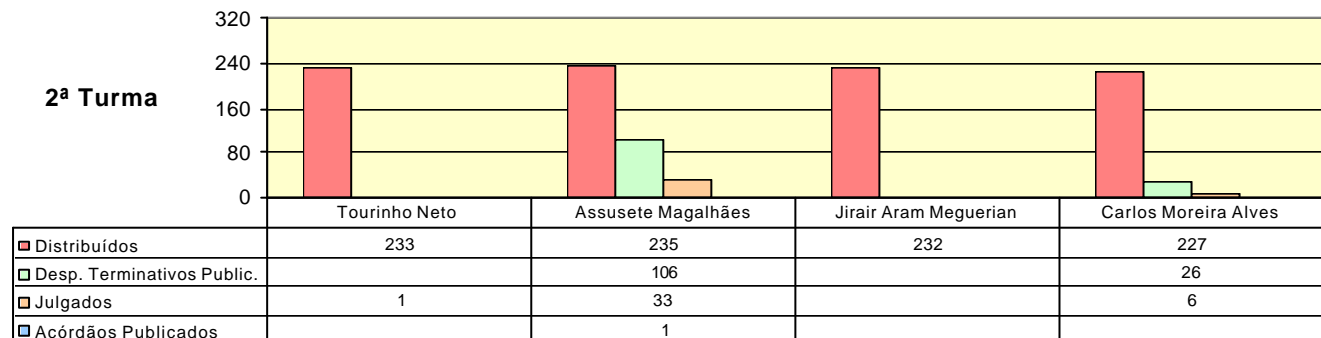
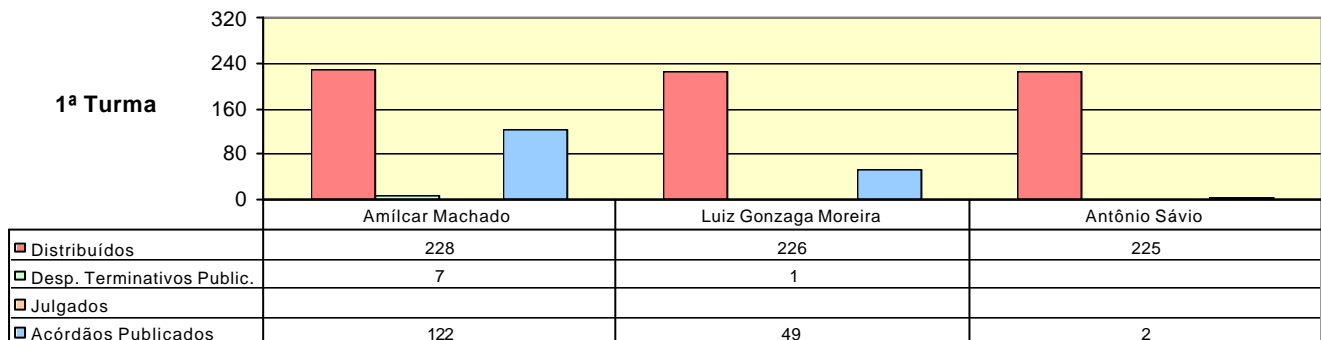
* Dados Juris

| ESTATÍSTICA DO DR. CARLOS FERNANDO MATHIAS EM EXERCÍCIO NA PRESIDÊNCIA - JULHO 2003 | |
|--|-----------|
| Despachos | 11 |
| TOTAL | 11 |

Estatísticas elaboradas pela Divisão de Estatística-Diest, a partir de dados enviados pelas Secretarias das Turmas, Asesp, Segep e Secju (Sucse, Surec, Subej e Surip).

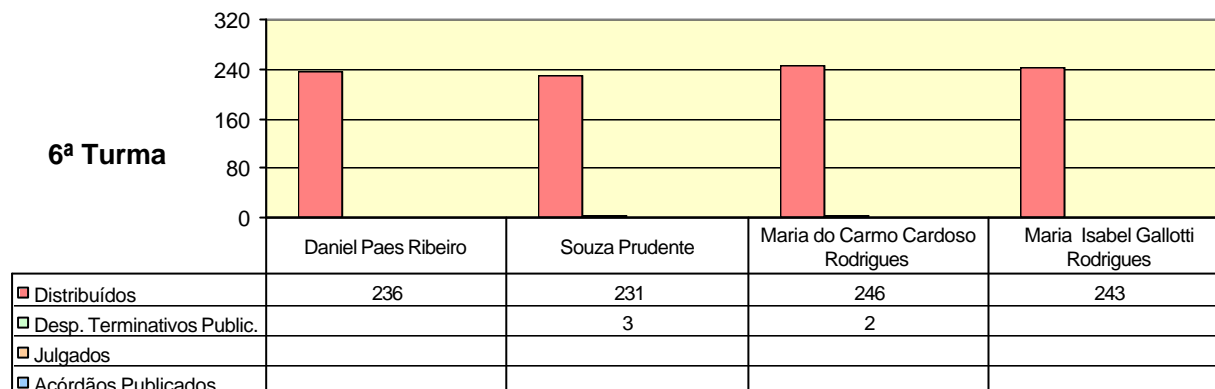
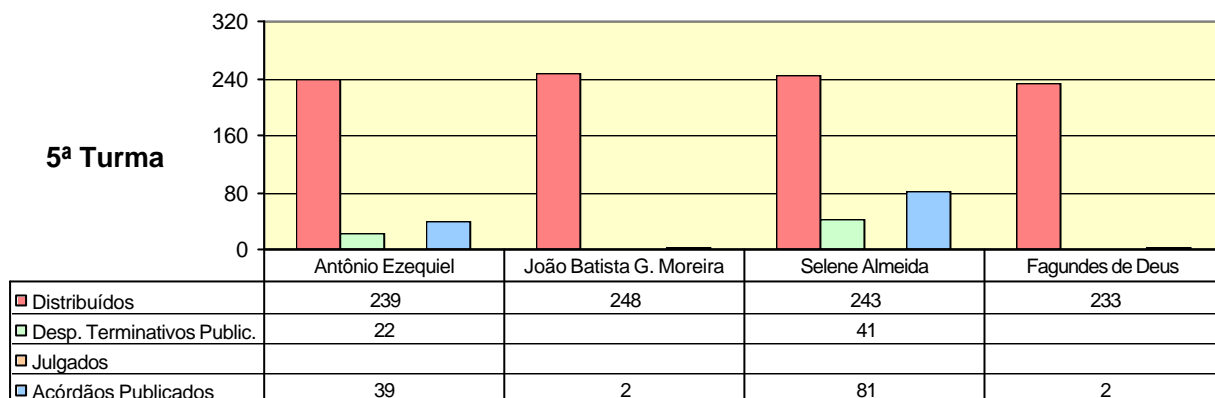
Dúvidas, sugestões e reclamações, ligar para Diest - ramal 278.

DADOS ESTATÍSTICOS DAS TURMAS - JULHO/ 2003

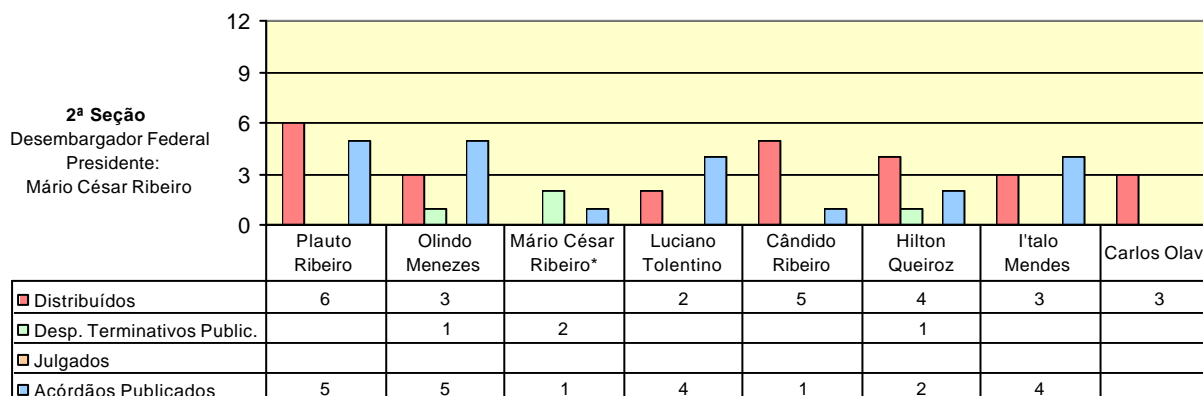
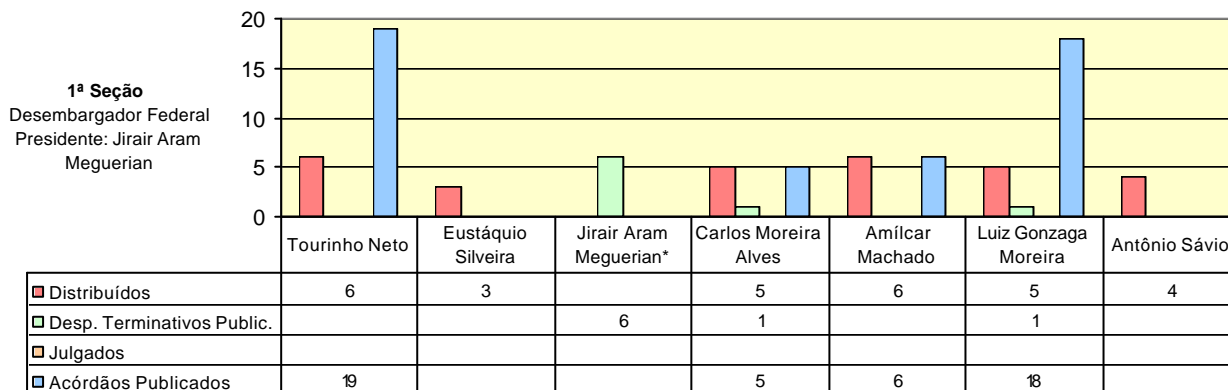


Dados enviados pelas Secretarias das Turmas

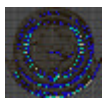
* Desembargadores Federais Presidentes das Seções não participam das sessões na condição de relator, revisor ou vogal.



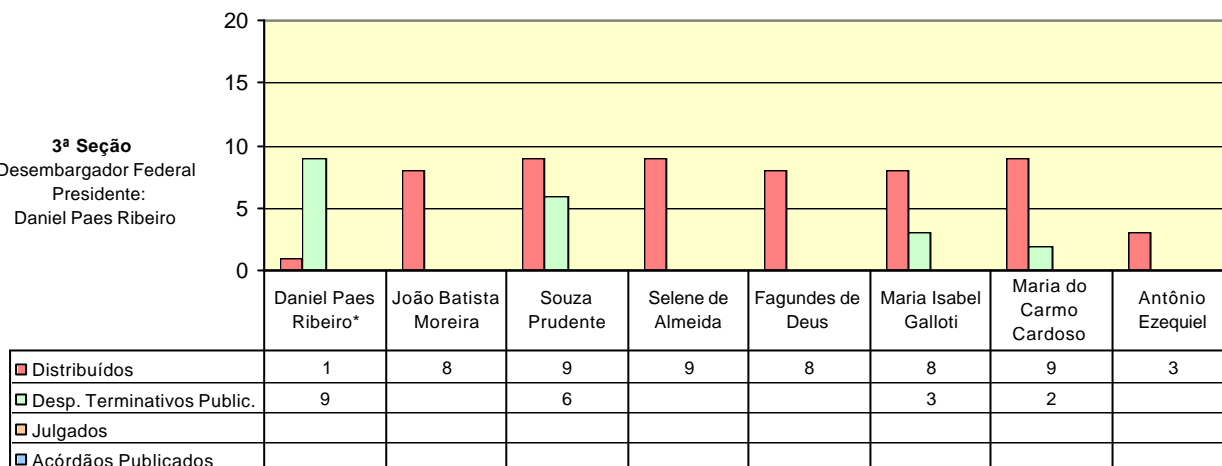
DADOS ESTATÍSTICOS DAS SEÇÕES - JULHO/ 2003



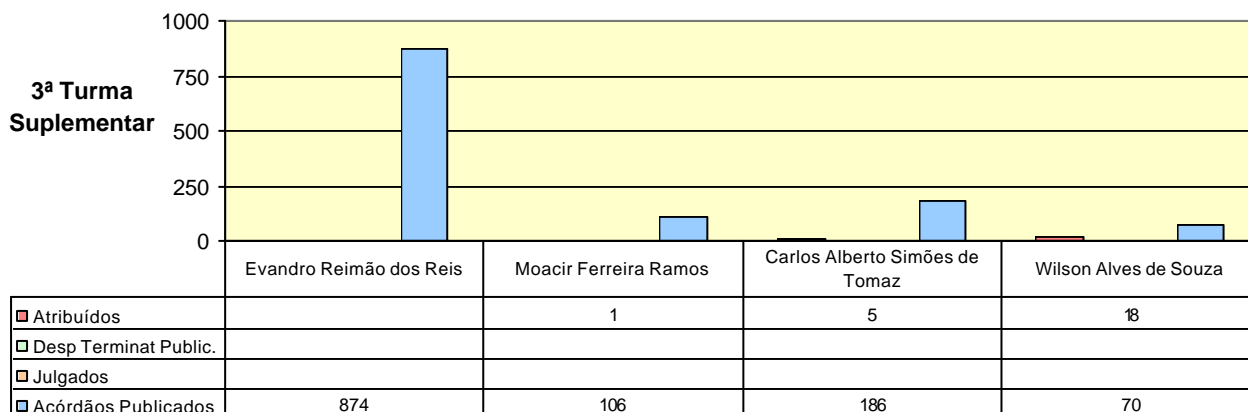
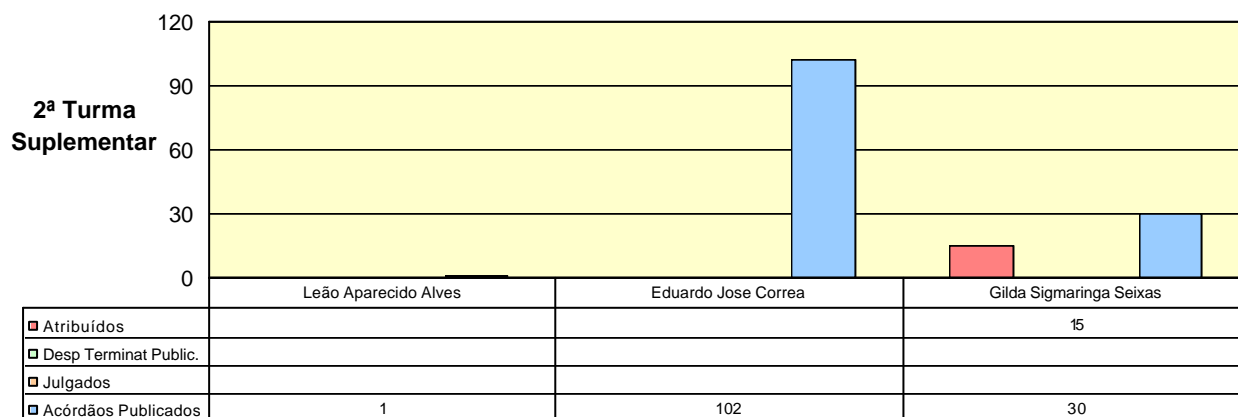
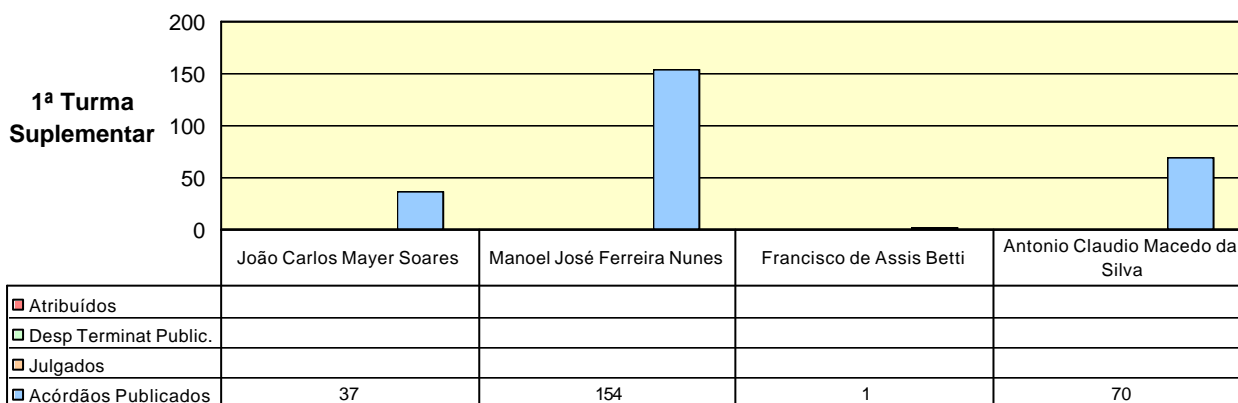
* Desembargadores Federais Presidentes das Seções não participam das sessões na condição de relator, revisor ou vogal.



3ª Seção
Desembargador Federal
Presidente:
Daniel Paes Ribeiro



DADOS ESTATÍSTICOS DAS TURMAS SUPLEMENTARES - JULHO/ 2003



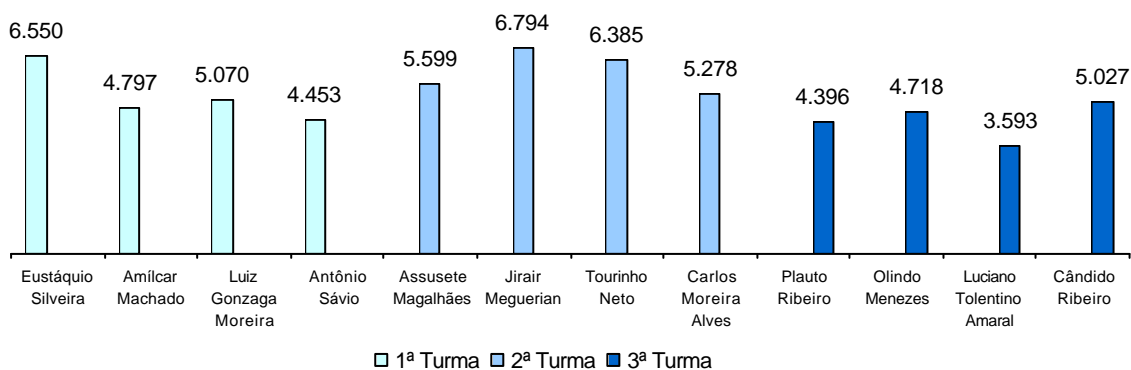
Dados enviados pela Central Executiva de Apoio Processual - Cenex

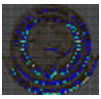
ESTATÍSTICA DOS JUÍZES FEDERAIS CONVOCADOS - JULHO/ 2003

| JUÍZES CONVOCADOS | Orgão Julgador | Distribuídos | Despachos Terminativos Publicados | Julgados | Acórdãos Publicados |
|--------------------------------|----------------|--------------|-----------------------------------|----------|---------------------|
| VELASCO NASCIMENTO | 1ª Turma | 228 | 4 | | 53 |
| ANTÔNIO SÁVIO CHAVES | 2ª Turma | | | 1 | |
| DANIELE MARANHÃO COSTA CALIXTO | 2º Turma | | | 26 | |
| RICARDO MACHADO RABELO | 3ª Turma | | | | 4 |
| LUIZ AIRTON DE CARVALHO | 3ª Turma | | | | 1 |
| JAMIL ROSA DE JESUS | 4ª Turma | | 11 | | 2 |
| REYNALDO SOARES DA FONSECA | 4ª Turma | | 71 | | 143 |
| LEÃO APARECIDO ALVES | 4ª Turma | | 172 | | 143 |
| IRAN VELASCO NASCIMENTO | 1ª Turma | | 2 | | |
| | 2ª Turma | | | 1 | |
| | 1ª Seção | | 2 | | 9 |
| JAMIL ROSA DE JESUS | 2ª Seção | | | | 1 |
| REYNALDO SOARES DA FONSECA | 3ª Seção | | 2 | | |
| LEÃO APARECIDO ALVES | 3ª Seção | | 6 | | |

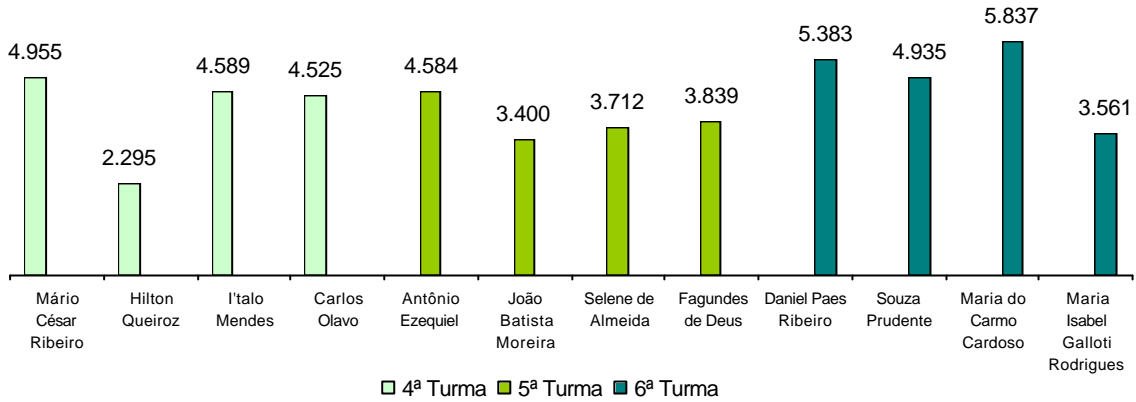
| DESEMBARGADOR FEDERAL | Orgão Julgador | Despachos Terminativos Publicados | Julgados | Acórdãos Publicados |
|-------------------------|----------------|-----------------------------------|----------|---------------------|
| CARLOS FERNANDO MATHIAS | 1ª Seção | 6 | | |
| | 4ª Turma | 1 | | |
| | 2ª Seção | 2 | | |
| HILTON QUEIROZ | 1ª Seção | 1 | | |
| | 3ª Seção | 3 | | |
| | 3ª Turma | 1 | | |
| HILTON QUEIROZ | 3ª Seção | 3 | | |

DESEMBARGADORES FEDERAIS QUE ATUARAM EM OUTRAS TURMAS E SEÇÕES - JULHO/ 2003

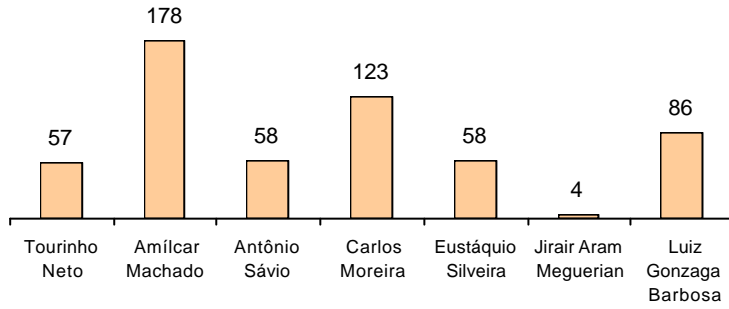




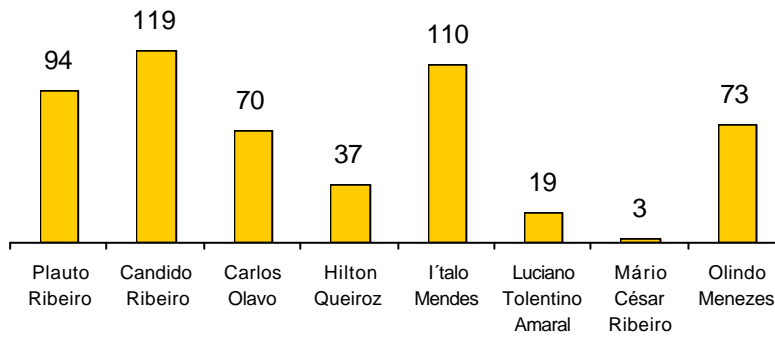
PROCESSOS PENDENTES DE JULGAMENTO NAS TURMAS E SEÇÕES - JULHO/ 2003



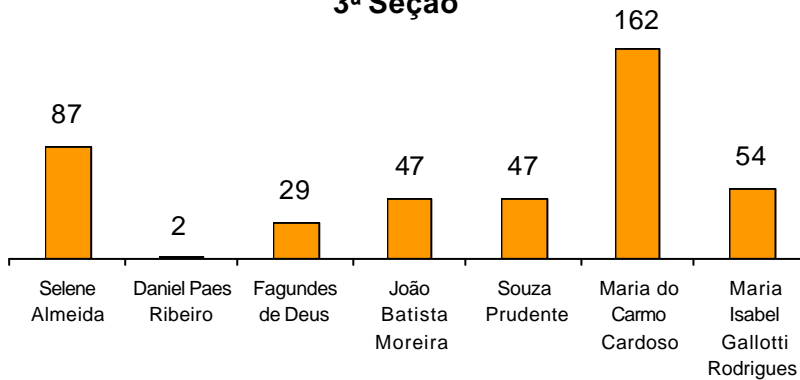
1ª Seção



2ª Seção



3ª Seção





Bem-me-querô

Informativo do Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho da 1ª Região

Ações de Qualidade de Vida na 1ª Região

Goiás

Festa Junina

A Seção Judiciária do Estado de Goiás promoveu, no dia 27 de junho, a 2ª edição do Projeto Fins de Tarde, uma iniciativa da Diretoria do Foro para proporcionar maior aproximação entre os servidores das áreas meio e fim e entre magistrados e servidores da Casa; ao mesmo tempo, prestigiar os aniversariantes do mês.

O evento foi marcado com uma animada Festa Junina, o "Arraiá Federal". Realizada com o patrocínio do PGQVT, Serjus e do SINJUFEGO e a contribuição dos magistrados, servidores e prestadores de serviço, a festa aconteceu no pátio recentemente adquirido pela Seccional, ao lado do edifício anexo.

O local foi decorado com bandeirolas, flores e cachos de coco. Também foram montadas barracas de bebidas e comidas típicas. Houve muita canjica, quentão, vinho quente, mané-pelado, bolo de milho, além de caldos, cerveja e refrigerantes e a "Barraca de Santo Antônio", que expôs imagens do santo, feitas pelo servidor Zanone, do Pró-Social.

Teve muito arrasta-pé ao som da banda Cheiro de Raiz.

A hora mais divertida da festa foi durante a quadrilha improvisada, que realizou desde os passos tradicionais até coreografias inventadas no momento.

Mato Grosso

Campanha de Prevenção Odontológica Infantil

A Campanha de Prevenção Odontológica Infantil da Seção Judiciária de Mato Grosso ocorreu no dia 26 de julho de 2003, das 9h às 11h.

Compareceram 42 crianças de dois a 12 anos.

Na abertura dos trabalhos, foi oferecido lanche a todos. Em seguida, as crianças foram separadas por faixa etária, sendo desenvolvidas 3 oficinas:

Pintura e Colagem, Vídeo e Teatro com Fantoche e Evidenciação de placa bacteriana e, a seguir, escovação.

O objetivo da campanha foi o de sensibilizar as crianças, criando nelas a conscientização da importância da saúde bucal, o que foi atingido com louvor. Na avaliação dos participantes, a campanha superou as expectativas. A segunda fase consistirá em agendar atendimento no consultório odontológico.

Este projeto é uma ação do PGQVT- Programa de Gestão em Qualidade de Vida e Trabalho (Comitê de Mato Grosso) e contou com o apoio da direção do Foro.

Amazonas

Futebol

No final do mês de junho ocorreu o Festival Folclórico de Parintins, que consiste na disputa do título de vencedor por dois bois-bumbás. Neste ano, o evento contou com a presença do Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva.

Nesse época do ano, a cidade se divide entre torcedores do Boi Azul e torcedores do Boi Vermelho, que defendem seus escolhidos como fanáticos torcedores de futebol defendem seus times do coração.

Unindo essas duas paixões dos amazonenses, boi-bumbá e futebol, os servidores da Seção Judiciária do Amazonas realizaram, no dia 21.06, um jogo de futebol no qual os torcedores do "Boi Garantido" enfrentaram os torcedores do "Boi Caprichoso".

O jogo foi uma confraternização muito animada em que o time que representou o Boi Vermelho ganhou de 7 x 3 do time que representou o Boi Azul.

Vale ressaltar uma curiosidade: O último embate futebolístico entre esses mesmos dois times teve o placar também de 7x 3, porém para o Caprichoso, ou seja, justamente o contrário do que aconteceu neste ano.

Bahia

Campanha de vacinação

O Pro-Social da Seção Judiciária da Bahia realizou, no dia 24 de julho, no Centro de Treinamento do Núcleo de Recursos Humanos, mais uma etapa da Campanha de Vacinação. Magistrados e servidores receberam doses contra Rubéola, Febre Amarela, Hepatite B, Tétano e Gripe, aplicadas pelas funcionárias do Posto de Saúde do bairro de Suçuarana, onde fica localizada a sede da Seccional.



Neste mês de agosto, o PGQVT parabeniza os pais do TRF-1ª Região pelo seu dia e seleciona, com carinho, um artigo interessante do psicodramatista paulista Içami Tiba sobre o relacionamento entre pais e filhos.

Conviver mais é a receita para o melhor relacionamento de pais e filhos

1. Dê menos ordens e conselhos a seus filhos. Mesmo que não concorde de início, escute-os até o fim;

2. Em vez de querer sempre ensinar, aprenda com seus filhos. Seja um bom aluno e deixe que mostrem como lidar com o vídeo, o computador e o microondas, em vez de pedir (ordenar) que façam o que você mesmo poderia fazer;

3. Em vez de se preocupar em levar seus filhos às festas, procure pegá-los com os amigos, levando-os às suas casas. Aproveite para conversar com todos sobre a festa. Você não ouviria os comentários que eles fazem sobre a festa se pegasse somente seu filho, porque ele dorme no caminho de volta para casa. Você sabe como seu filho vai para a festa, mas sabe como ele volta?

4. Em vez de obrigá-los a dormir mais cedo, acorde-os mais cedo;

5. Conheça bem os amigos dos seus filhos antes de declará-los “más companhias”. Não se deixe guiar somente pelas aparências. Os jovens são muito preconceituosos contra quem tem preconceitos;

6. Quando você manda seu filho calar a boca enquanto você fala, provavelmente ele também fechará os ouvidos;

7. Dê prêmios ao filho que realmente merece, sem se sentir culpado de não dar a quem não faz jus, mesmo que sejam irmãos. Assim como o melhor tempero da comida é a fome, o que valoriza o presente é o merecimento;



8. Se a televisão é mais importante que uma conversa cotidiana, provavelmente qualquer outra influência estranha poderá ser mais interessante que a família;

9. Se seu filho está “inconvivível”, é bom raptá-lo (sem amigos) para passar com ele uma semana inteirinha. A convivência dos primeiros dias pode se transformar em descobertas mútuas. Em vez de impor, tente combinar o que seria melhor, ouvindo suas sugestões;

10. Seja um interessante protagonista e não mero figurante. Jogar conversa fora, o que ele mais faz com os amigos, é preferível aos “diálogos operativos”. Estes interessam mais aos pais que aos filhos, que nada mais respondem além de lacônicos “sim”, “não”, “mais ou menos”, etc;

11. Mesmo que ele não tenha feito o que você pediu, não deixe de valorizar o que fez. Críticas constantes podem gerar complexos. Descubra e estimule algo em seu filho de que ele possa se orgulhar;

12. O prazer é o recreio do dever, mas é o dever que sustenta o prazer. Não há dever que só sacrifique nem prazer que sempre dure. Se o pai teima em ser o dever, resta ao filho ser o prazer;

13. Um ótimo relacionamento afetivo se faz na mútua sensação de pertencer, preservando-se o respeito e a individualidade de cada um.

14. Um filho precisa mais de um pai humano e participante, que se abra nas suas dificuldades e até solicite sua ajuda.

Membros do Comitê do PGQVT

Agnaldo Dias de Souza
 Andréa Balsini Ghisi
 Antônio Magnaldo Timo Leite
 Cristine Caltabiano Neves Frauzinho
 Conceição de Maria Pereira de Carvalho
 Daniela Amorim Reis
 Eliete dos Santos Teixeira
 Etienne Gomes de Carvalho
 Iracy Moreira Borges
 José Carlos Viana

José Murilo Cruz Brito
 Juliana B. Espíndola Moreira
 Maria Angela Rocha Paes
 Maria de Lourdes Montes
 Maura Gomes de Carvalho
 Nádia B. da Cruz Santana
 Neslita Costa Silva
 Roberta Costa Matos
 Ruth Maria Cruz Vaz
 Sérgio Faria L. da F. Neto

Teste seus conhecimentos

Por Márcia M. Barroso

Em que frase a inicial maiúscula não foi utilizada com propriedade?

- Apenas alguns Estados terão de repassar a verba.
- O Estado é soberano.
- No Sul, as pessoas comem alimentos gordurosos.
- Talvez você encontre isso na 15 de Novembro.
- Este é um estado imenso! Quantos habitantes há no Estado?